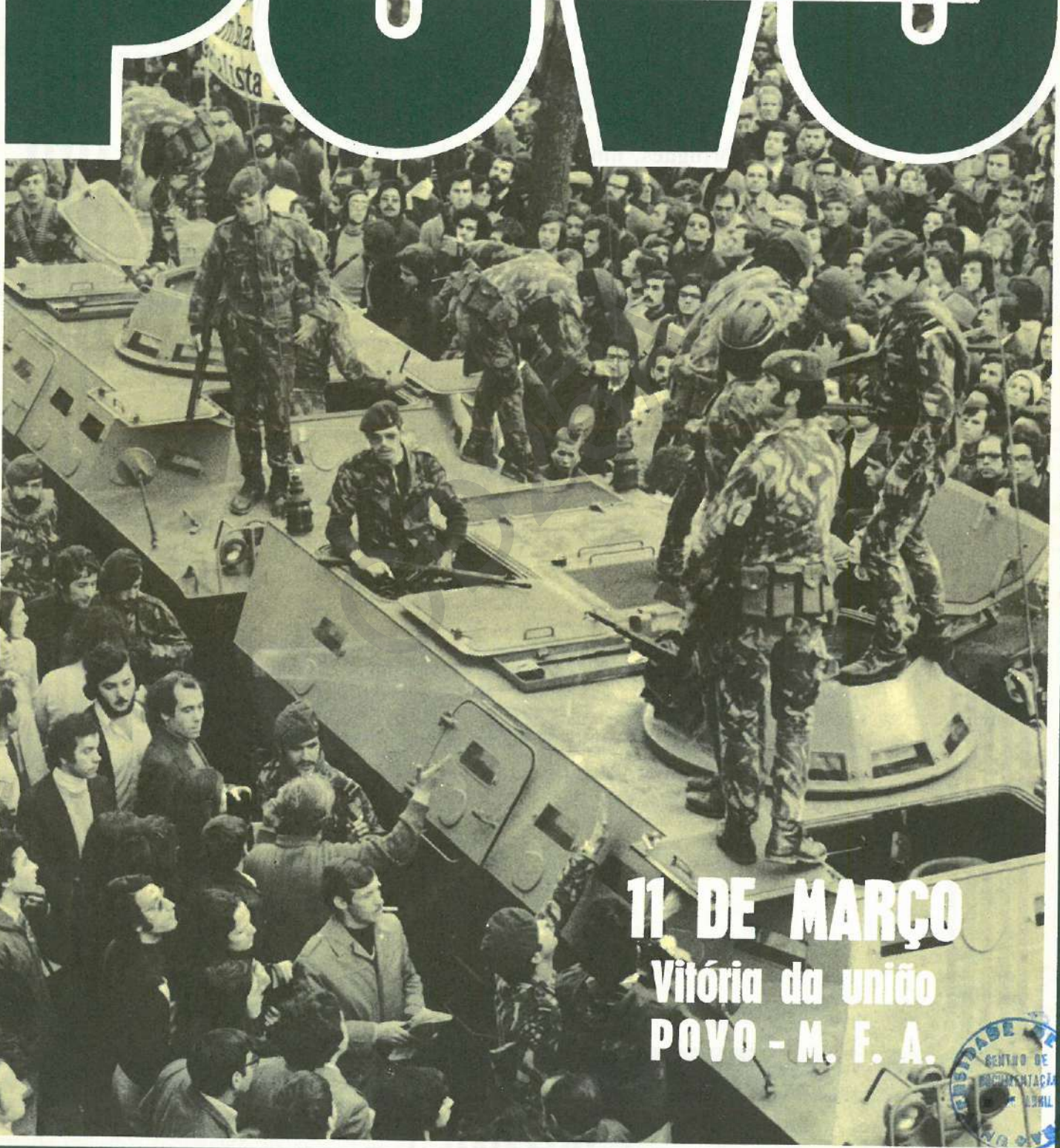


**DESEMPREGO
NO ALENTEJO**
(reportagem na pág. 4)

POVO

CORREIO do



11 DE MARÇO
Vitória da união
POVO - M. F. A.



PORTUGUÊS:

Todos queremos uma vida melhor e mais justa para nós e, principalmente, para os nossos filhos.

Tens agora, Português, uma oportunidade, a primeira oportunidade verdadeiramente livre, para usares uma das armas de que o Povo dispõe — o VOTO.

Votar é escolher um partido político, aquele partido que em tua consciência, Português, possa servir com honestidade, não só os teus interesses mas principalmente os interesses da maioria dos portugueses e garanta, a todos nós, a justiça social que desejamos.

Para poderes fazer uma escolha consciente, tens de conhecer os partidos políticos, os seus programas; tens de ouvir, de falar, de dialogar, enfim, tens de te politizar para, depois, poderes ajuizar, em perfeita consciência, qual o Partido Político que deves escolher.

PORTUGUÊS,

Votar num Partido Político é uma responsabilidade a que ninguém, verdadeiramente honrado e consciente, se pode furtar, pois do voto de cada um depende o futuro de todos nós.

**VOTO
UMA ARMA
DO POVO**

11 DE MARÇO

MAIS UMA VITÓRIA DA UNIÃO POVO-MFA

A meio do dia 11 de Março, a vida decorria normal e tranquilamente em todo o país.

Apesar de algumas advertências sérias, uma grande parte dos Portugueses vivia um tanto esquecida do perigo de um golpe das forças reaccionárias, isto é, as forças que reagem contra o regime democrático instalado em Portugal pelo 25 de Abril, forças restantes do fascismo que só a boa-vontade dos homens hoje no poder impediu de sanear completamente, de eliminar de postos e funções que lhes permitiam ainda controlar alguns sectores importantes da vida económica, política e mesmo militar do país.

Pois bem: mais uma vez verificámos que essa tendência para repouso sobre a capacidade de defesa do MFA do regime democrático em que vivemos, utilizando nós apenas a nossa disponibilidade, quer dizer, o nosso tempo, nossa força e, quantas vezes, o nosso egoísmo, para actividades de interesse pessoal ou, até, partidário, que não coincidem, a maior parte das vezes, com o interesse nacional, do nosso povo, pode revelar-se perigosa.

Porque, a meio do dia 11 de Março, enquanto a vida decorria normal e tranquilamente em todo o país, a reacção atacou. Uma vez mais!

É certo que muitos dos Portugueses são pouco sensíveis à enorme conquista, a primeira do 25 de Abril — a das liberdades fundamentais dos indivíduos: o direito de viver livremente, de falar livremente, de trabalhar livremente, de votar livremente.

É certo que muitos Portugueses não puderam ainda beneficiar dessas liberdades, porque as condições económicas em que vivem, a sujeição em que se encontram dos senhores feudais, não lhes permitem dizer o que pensam sem perder o pão de cada dia. E a democracia tem que começar por aí, pelo fim da exploração do homem pelo homem, pelo controlo dos meios de produção, pelo acesso de todos aos benefícios sociais.

Muitos Portugueses fazem apenas as contas ao pouco (ou muito) que ganharam (ou perderam) com o 25 de Abril. Mas o 25 de Abril não pode ser medido apenas no pouco mais (ou menos) de interesses que nos serviu. O 25 de Abril é, antes de mais, a possibilidade de lutarmos pelos nossos direitos com a certeza de que essa é também a luta dos homens que governam o país. Se essa luta é mais lenta e complicada do que aquilo que nós desejámos ou previramos, ela é difícil e complicada para todos.

Mas governar é, também, estar vigilante.

Porque, a meio do dia 11 de Março, a reacção atacou. E esse ataque não foi só aquilo que pareceu: um golpe inesperado e louco, feito de impreparação e desespero — aquilo que já antes o fazia prever e que já hoje se sabe, demonstram que as forças da reacção prepararam o 11 de Março com todo o cuidado e que esperavam, nesse dia, colocar na Presidência da República o ex-general Spínola e iniciar, a partir dessa data, a destruição das conquistas populares.

É preciso que o povo pense que

a falta de vigilância democrática pode conduzir a um novo fascismo. E o exemplo do Chile, onde milhares de pessoas foram pura e simplesmente liquidadas, tem que estar na memória de todos. Os fascistas não são tão humanos e sentimentais como os homens que hoje dirigem o país e arriscam a vida para defender a democracia, o poder do povo — os fascistas, que nós nunca fuzilámos, que nós, quantas vezes, libertámos só porque não temos a certeza exacta da sua culpabilidade, eles, matam, fuzilam, torturam, desprezam aquilo que nas relações entre os homens devia ser mais importante — o respeito de uns pelos outros. Mas essa é uma qualidade apenas nosso, dos homens de boa-vontade.

A reacção atacou, a 11 de Março, ao meio-dia.

Fez feridos e mortos, militares e civis. Quem ataca a meio do dia não se preocupa sequer com a qualidade das vítimas que vai fazer. Talvez tenha razão, atacando o MFA e o Povo, ao mesmo tempo: MFA e Povo estão unidos na defesa das conquistas do 25 de Abril. Mais do que nunca.

A partir de mais esta data histórica, importante nos parece que estejam igualmente unidos, cada vez mais unidos, na construção do Portugal novo, deixando de acreditar tão ingenuamente que o que foi conquistado jamais será perdido. Pensando, sobretudo, que muito há ainda para conquistar.

Porque a reacção não perdeu as esperanças de destruir o 25 de Abril. E há-de, se nós deixarmos, voltar a atacar.

Plano económico, Alentejo e eleições

Este segundo número de *Correio do Povo* é lançado numa quinzena particularmente importante da vida nacional.

O Plano Económico, que se encontrava em debate no Governo há várias semanas, foi finalmente anunciado ao País. Por este facto o entrevistado desta quinzena é o economista Hugo Blasco Fernandes, cujas declarações ajudarão os leitores a compreender a orientação económica que o nosso país vai seguir.

Naturalmente que muitas dúvidas irão surgir nos nossos leitores. Aliás, um Plano Económico do Governo não pode detalhar tudo, e, como qualquer plano, depende da maneira como for interpretado e posto em prática. Lembramos assim aos nossos leitores que a página de economia de *Correio do Povo*, a cargo do economista José Guimarães, poderá esclarecer algumas dúvidas que porventura haja sobre o Plano, nomeadamente acerca de palavras e conceitos próprios da ciência económica.

Na região de Évora, viveram-se dias muito importantes para o esclarecimento dos problemas que afectam a agricultura e os trabalhadores da região. Enviámos lá a reportagem de *Correio do Povo* que relata o que se passa. É claro que os problemas do Alentejo não cabem numa reportagem, mas o que nela se dá conta não pode deixar de merecer a reflexão dos trabalhadores e dos proprietários rurais da região, como de todos os leitores, pois, em verdade a questões levantadas relacionam-se intimamente com a contribuição da exploração agrícola para a reconstrução democrática do País.

Em vésperas de Eleições, a actividade dos organismos políticos intensifica-se e a população é chamada a participar com mais frequência nos comícios e nas sessões de esclarecimento. Se compararmos, contudo, o número de comícios realizados por todos os partidos com o de 4000 freguesias vemos como esta actividade é insuficiente e muitas aldeias ainda se encontram, politicamente, tão «escuras» como estavam durante os 48 anos em que a vida política se restringia à propaganda fascista.

O próximo número de *Correio do Povo* será especialmente dedicado às Eleições de deputados à Assembleia Constituinte, no qual responderemos a algumas perguntas que já nos foram dirigidas acerca do Acto Eleitoral e da sua finalidade.

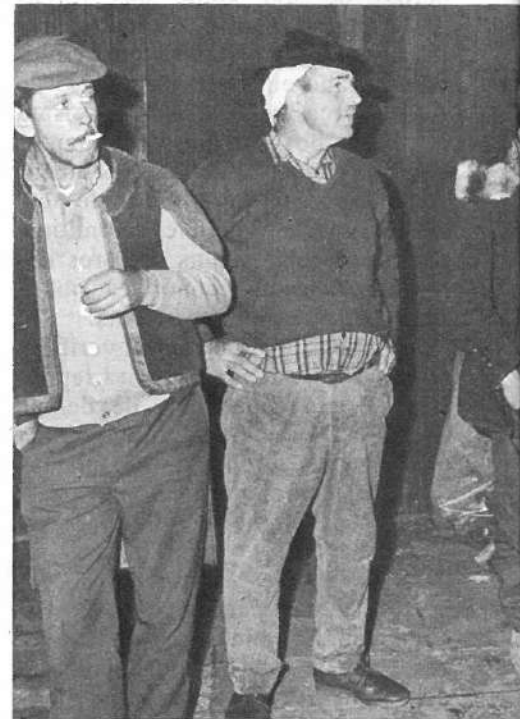
No momento em que esta revista ia ser impressa, uma tentativa reaccionária, contra a ordem democrática estabelecida em 25 de Abril, eclodiu no nosso país. Rapidamente anulada, esta intentona fascista foi pretexto para as populações mostrarem, mais uma vez, que o Povo e o MFA estão unidos na defesa da Democracia.

SUMARIO

- 1 — Correio do Povo
- 2 — Genérico
- 4 — Reportagem
- 12 — Informação
- 15 — Humor
- 16 — Rádio/Televisão
- 17 — Literatura
- 18 — Poesia
- 19 — Teatro/Cinema
- 20 — Pintura
- 21 — Arquitectura
- 22 — Viajar/Conhecer
- 23 — História
- 25 — Economia
- 26 — Ciência
- 27 — Entrevista

DESTACÁVEL

— Um conto de Fernando Namora

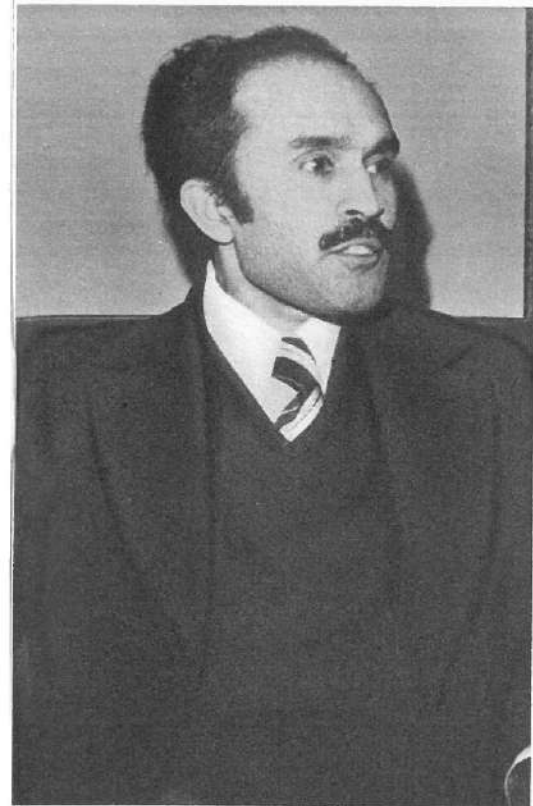


DESEMPREGO NO ALENTEJO

— Então antes do 25 de Abril os trabalhadores não chegavam e agora são de mais?

Palavras de um trabalhador alentejano, que nos afirmou ainda:

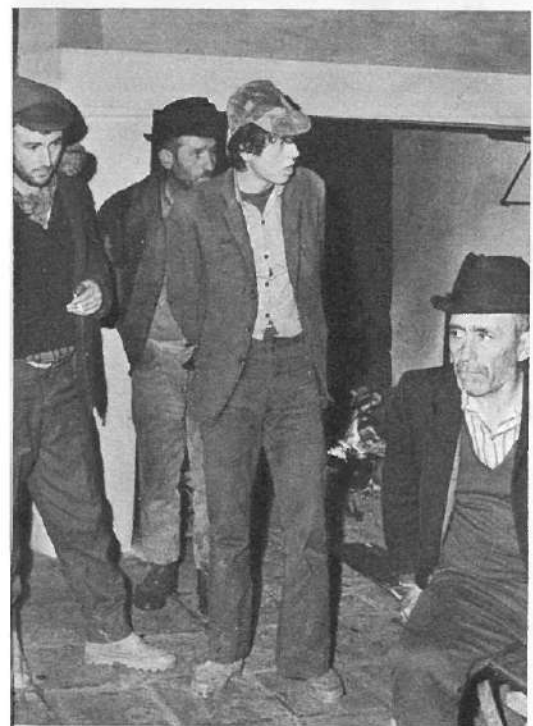
— Nós compreendemos claramente que os latifundiários, que nunca gostaram da democracia, tentem agora sabotar a economia nacional, utilizando todos os meios de que dispõem para isso, no sentido de minarem a resistên-



Entrevista
com Blasco Hugo Fernandes

PROGRAMA ECONÓMICO E AGRICULTURA

Blasco Hugo Fernandes, engenheiro agrónomo, responsável, entre outras coisas, pelas organizações sindicais e de classe do sector rural e autor de vários livros, entre os quais «O que é a reforma agrária», analisa para os leitores do *Correio do Povo*, através de uma longa conversa com a redacção desta revista, não só qual a situação em que se encontrava a economia portuguesa antes do 25 de Abril como também a sua evolução até à publicação do programa económico, para nos fazer em seguida, uma «leitura» elucidativa dos objectivos e dos meios de realização do dito programa; e terminar com uma apreciação detalhada dos problemas da agricultura portuguesa que, neste mesmo número, tratamos, em reportagem, no distrito de Évora.



Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta, a *O Correio do Povo*, Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores. Lisboa 2.

REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO EM PORTUGAL

Um altar transformado em tribunal, assim poderia definir-se o chamado *Santo Ofício*.

«Longa e tenebrosa noite atravessou o céu deste país desde que aqui se instaurou, por determinação de D. João III, o tribunal do Santo ofício. Se, até aí, as coisas não corriam de feição para os progressistas, de então em diante a nossa terra vai ser varrida por uma vaga de terrorismo religioso, cultural e racista que cercará o diminuto efectivo intelectual do País num campo o nazi-fascismo instalou no mundo desde o advento do chanceler Hitler.»



Então, de muitos peitos saiu o grito: *Liberdade ou morte!* «Para nosso escarmento e nossa infelicidade, muitas vezes a morte saiu vitoriosa do confronto entre a tirania e a liberdade.»

POVO

CORREIO do

Ano 1 * Número 2 * 20 de Março de 1975

cia política e tentarem destruir o apoio popular do regime implantado em Portugal após o 25 de Abril ...

Ao *Correio do Povo*, em reportagem no distrito de Évora, os trabalhadores do Alentejo denunciaram, nesses termos, as manobras dos grandes senhores agrários.

A resposta dos mesmos trabalhadores, que entendem que a acção do Governo tem-se revelado por vezes lenta e hesitante, tem sido a de uma constante vigilância e denúncia dessas manobras.

Uma edição do
Ministério da Comunicação Social
Palácio Foz
Praça dos Restauradores — Lisboa 2

Chefe de Redacção
António Tavares-Teles

Redacção
Manuela de Mendonça Torres
Francisco Teixeira da Mota
António Baptista da Silva
Luís Filipe Neves

Colaboração
Maria de Lurdes Pires Neves
Alberto Ferreira
José Guimarães

José Carlos Gonzalez
Tomás Taveira

Reportagem fotográfica
Eurico Chalbert
Alberto Gouveia
António Costa Mota

Paginação
Luís Osório
Abreu Lima

Secretária
Maria do Rosário Valdivia

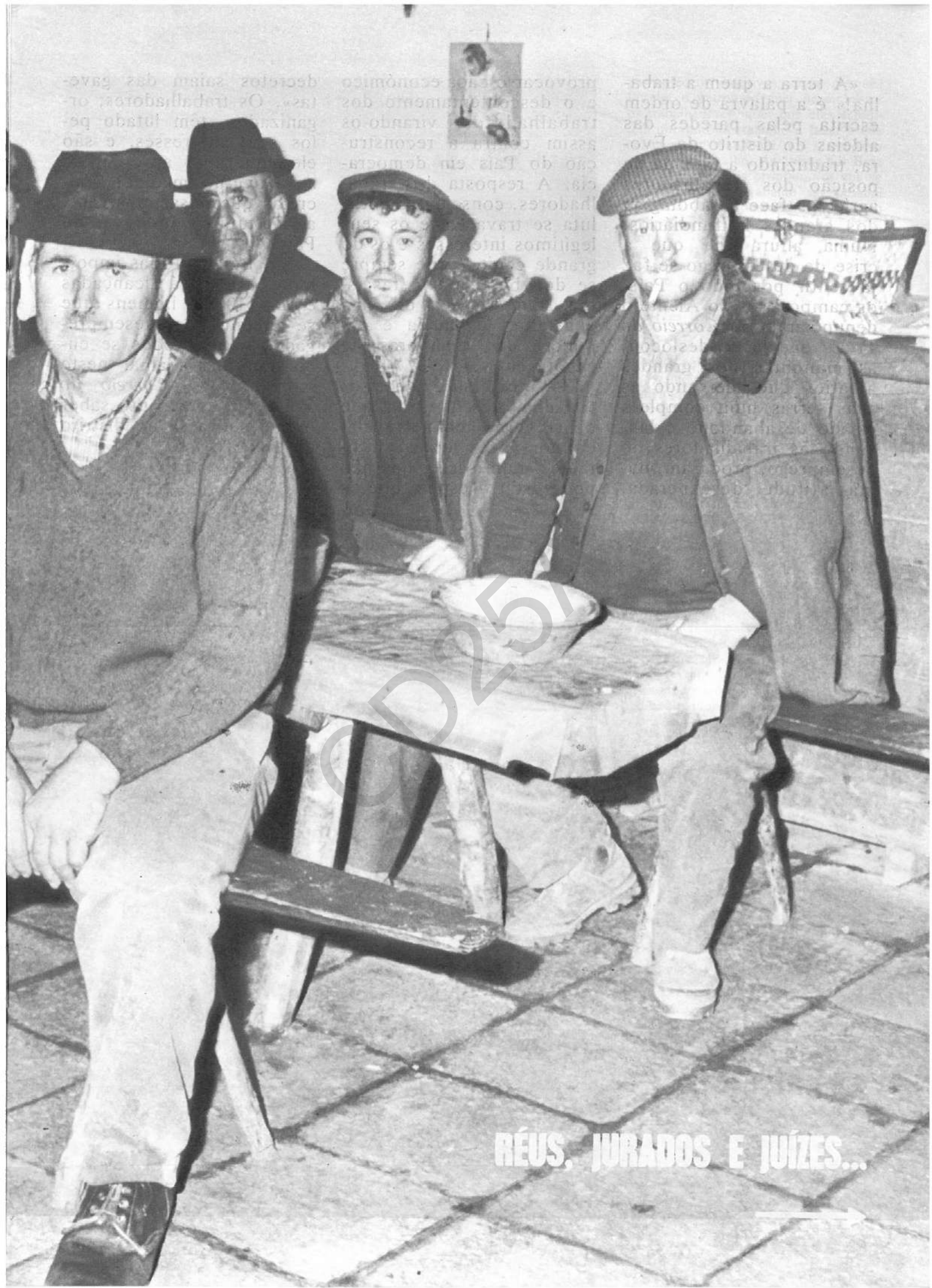
Composição e impressão
Anuário Comercial de Portugal

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

REPORTAGEM



DESEMPREGO NO ALENTEJO



RÉUS, JURADOS E JUÍZES...



«A terra a quem a trabalha!» é a palavra de ordem escrita pelas paredes das aldeias do distrito de Évora, traduzindo a tomada de posição dos trabalhadores agrícolas face à sabotagem dos grandes latifundiários. Numa altura em que a crise de desemprego se faz já sentir por todo o País, os camponeses do Alentejo denunciaram ao *Correio do Povo*, que lá se deslocou, as manobras dos grandes agrários que, deixando as suas terras num completo estado de abandono e lançando os trabalhadores no desemprego, procuram, numa atitude desesperada,

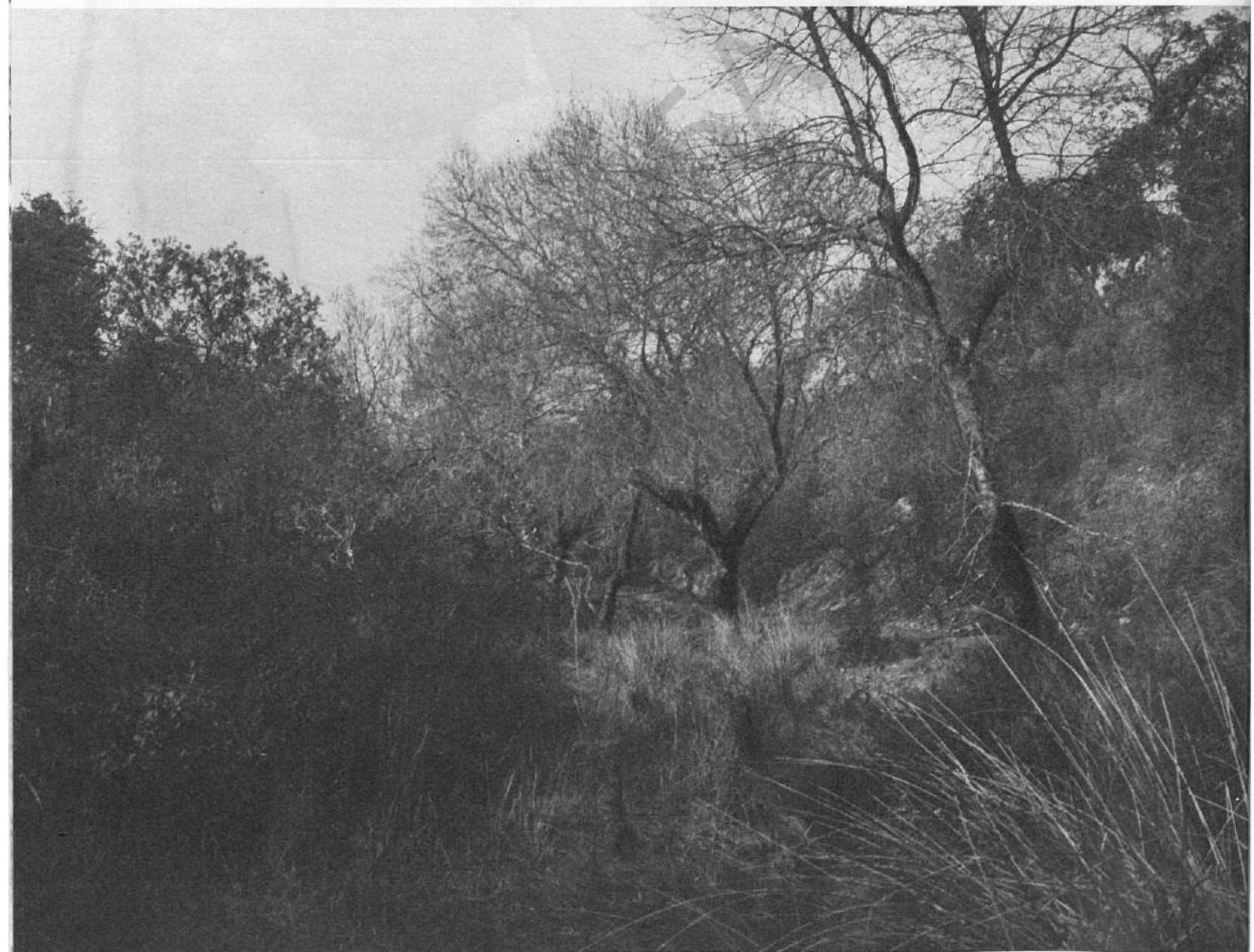
provocar o caos económico e o descontentamento dos trabalhadores, virando-os assim contra a reconstrução do País em democracia. A resposta dos trabalhadores, conscientes que a luta se trava entre os seus legítimos interesses e os do grande capital, que sempre se deu bem com o fascismo, tem sido a de uma constante vigilância e denúncia das manobras de sabotagem.

Por outro lado, acham os trabalhadores que a atitude do Governo tem-se revelado por vezes lenta e hesitante, «num sector que não pode estar à espera que os

decretos saiam das gavetas». Os trabalhadores, organizados, têm lutado pelos seus interesses, e são eles que têm apresentado ao Governo medidas concretas que possam salvar a agricultura e a produção do País.

Em Beja, vitórias importantes foram já alcançadas e dos 10 000 homens que se encontravam desempregados, quase todos se encontram a trabalhar neste momento. O *Correio do Povo* quis entretanto saber o que se passa no distrito de Évora.

Terras votadas ao abandono





Sabotagem económica e desemprego

«Somos nós, os camponeses, que sempre vivemos no campo e cultivamos a terra, quem melhor pode saber do seu estado. Não são os senhores agrários, que vivem na cidade, e que inventam pretextos para nos lançar no desemprego. Então antes do 25 de Abril os trabalhadores não chegavam e agora são de mais?» Palavras de Filipe Rico da Piedade, dirigente sindical, que afirma ainda: — «Nós compreendemos claramente que os latifundiários, que nunca gostaram da democracia, tentem agora sabotar a economia nacional utilizando todos os meios de que dispõem para isso, no sentido de minarem a resistência política e tentarem destruir, até, o apoio popular do regime implantado em Portugal após o 25 de Abril. Recorreram já aos despedimentos massivos, ceifaram mal, incendiaram ou largaram as searas ao gado e chegaram até a abrir albufeiras, que levam dois anos a encher. Esses senhores não respeitam o calendário das culturas, semeiam aveia nas terras por cultivar, sem qualquer adubação, passando-lhe apenas com a grade de discos por cima, a fim de evitarem o arrendamento compulsivo das terras que não estão dispostos a cultivar. Além disso, estão a tentar vender os efectivos pecuários para abate e, noutros casos, não os alimentam convenientemente; as vacas, esfomeadas, deixam de dar leite, e, quando têm crias, estas acabam por morrer. A água do Barrocal, que pertence ao sr. Tomás Figo, foi envenenada, provocando a morte de muitos animais que iam bebê-la. Há terras que estão num estado de abandono total, com arvoredo por limpar e mato a crescer por todo o lado. E no entanto, no nosso distrito, há cerca de 6000 trabalhadores desempregados.»

Perante estas manobras do patronato, vários meios foram criados para combater o desemprego, como, por exemplo, a formação de Comissões distritais, que visitam as explorações agrícolas e, em função dos trabalhos que aí são necessários, para lá distribuem trabalhadores desempregados. No entanto, ou por sua própria ineficácia, ou por depararem constantemente com a resistência de muitos latifundiários, o que é certo é que a actuação destes organismos não tem sido suficiente para resolver o problema do desemprego que, terminados os trabalhos da apanha da azeitona, se agudiza de dia para dia. Um outro dirigente sindical esclarece-nos acerca destas comissões:

— «A comissão distrital é composta por um membro do sindicato, por um técnico do Instituto de Reorganização Agrária e por um representante da A.L.A. (associação livre de agricultores), ou seja, a organização que representa a classe dos proprietários. Ora é evidente que os nossos interesses não são os mesmos desses senhores. As coisas assim não andam! Nós temos é que lutar pela constituição de comissões de base, pois só assim poderemos garantir a defesa dos nossos interesses. A comissão distrital, tal como ela funciona agora, encaminha pessoal desempregado para determinadas propriedades, depois de ter inspeccionado o estado das terras; com muita cautela, colocando sempre um mínimo de trabalho a fazer, quando muitas vezes o trabalho a fazer é tanto que podia lá ser empregado mais do dobro. Pretende ter boa vontade e cooperar, mas quem é que ignora qual tem sido sempre a «boa vontade» e «cooperação» dos patrões? O que se verifica é que depois de os trabalhadores terem sido distribuídos, o patrão lhes dá que fazer. Os homens todos os dias vão para as terras e

permanecem inactivos. Isto porquê? Porque o patronato quer desmobilizar os trabalhadores, quer que eles acreditem que não há trabalho a fazer e que acabem por abandonar por si próprios o local de trabalho. As coisas por Beja correm melhor; os proprietários que se recusam a dar trabalho ao pessoal colocado pela Comissão distrital são multados. Aqui não se passa isso. À custa da «boa vontade», os proprietários vão fazendo pouco de nós.»

Nós cumprimos, dizem os trabalhadores

O concelho de Portel foi o mais atingido pelo desemprego, e é sobretudo lá que se encontram sem trabalhar homens colocados pela Comissão distrital. Na herdade do Rio Mendes, propriedade de Virmando da Assunção Casimiro, os sete homens para lá distribuídos têm estado parados por ordem do patrão. Na herdade da Lentisca passasse o mesmo. No Monte da Chaminé, do proprietário D. António José Gil Macedo de Meneses, há também sete homens parados desde o dia 20 de Janeiro. Leonardo José Vital, um desses homens, esclarece-nos: — «O dono desta herdade, o tal D. Gil, é piloto-aviador e esteve preso por ocasião do 28 de Setembro; foi apanhado com armas, mas depois soltaram-no. Tem sacos de trigo a estragar-se e os tractores estão parados, embora haja muito trabalho a fazer. O mato cresce por todo o lado, a terra está praticamente abandonada e ele não nos deixa cultivá-la. Ainda por cima nos insulta. Mas nós, mesmo inactivos, não abandonamos o local de trabalho, e cumprimos rigorosamente o horário.»

Demos uma volta pela herdade, guiados pelo regente agrícola do Instituto

Filipe Rico da Piedade — Despedido sem justa causa



de Reorganização Agrária Ferreira de Almeida que pôs o seu carro à nossa disposição, e constatámos como o sr. D. António J. G. M. de Meneses tem a sua propriedade num estado de grande abandono. Uma propriedade de cerca de 600 hectares que, bem cultivados, podiam dar um bom rendimento, pelo menos em cortiça; mas os sobreiros estão todos secos, o mato invadiu a terra e esta não alimenta o sobro, porque não é tratada.

A herdade de Cortes Valentes, propriedade da Casa Barreiras, ocupando mais de 1400 hectares, apresenta o

balhadores que nos acompanhavam, olhando com mágoa e revolta a terra mal tratada, disseram-nos: «Aqui é necessário uma intervenção imediata do MFA». São camponeses que há várias semanas não ganham o seu pão, mas que confiam no Governo. Verificamos o triste espectáculo que essa herdade oferece. Só do lado de Évora, são 300 hectares de terra plana e fértil; o resto da propriedade estende-se pelo distrito de Beja. Não há um único camponês a cuidar da terra; o mato invadiu-a e tapa já metade das árvores. Estas, que são na maior parte sobreiros, mais parecem

são mulheres, e estão todas desempregadas. Muitos homens estão ainda parados; outros lançaram mão dos trabalhos da Câmara (esgotos, canalização), embora haja muito que fazer nos campos.»

De facto, o desemprego é tão intenso nesta zona, que os camponeses largaram a sua enxada e tomaram conta destes trabalhos embora tenham afirmado várias vezes que, enquanto houver terras por cultivar, é aí que o seu trabalho é preciso; estão dispostos a fazer esses trabalhos ao domingo, mas, enquanto houver terras subproveita-



Os trabalhadores não podem ser votados ao abandono, como as terras

mesmo estado de abandono, revelando o ponto a que o absentismo dos proprietários deixa chegar as terras. Só através dos esforços da Comissão distrital foi possível colocar aqui 40 homens, que estão agora a limpar as azinheiras. Henrique Vitorino Cachaço, um dos trabalhadores aqui colocados, diz-nos que as azinheiras não eram limpas há vinte anos e que o proprietário não faz sementeira de espécie alguma, embora a terra seja de boa qualidade. Nesta freguesia não há actualmente homens parados, mas as mulheres estão todas desempregadas.

Na herdade de Bilharin, pertencente ao sr. Manuel Francisco Baraona, situada na freguesia de Vera Cruz, constatamos com ainda mais evidência abandono total a que os grandes proprietários votam a agricultura. Os tra-

chorões, pois como não são limpas há vinte anos, os ramos vergam-se até ao chão, com o peso dos rebentões, que não são cortados há muito tempo e que vão prejudicando a saúde das árvores. Estão todas a estragar-se e irão dar muito menos cortiça. Há seguramente trabalho para não deixar uma única pessoa desempregada nesta região; os homens cortariam os rebentões, tarefa que requer mais força, e as mulheres podiam apanhar o mato e empilhar os rebentões arrancados.

Homens tristes no café

Ainda em Vera Cruz, no café, Manuel Afonso Gemido Baião diz-nos: — «Aqui há cerca de 300 trabalhadores agrícolas; desses 300, mais de metade

esses trabalhos não servem senão para disfarçar o desemprego rural, e, além disso, são subsidiados pelo dinheiro de outros trabalhadores — o do Fundo de Desemprego.

No café, vários homens sentados. Estão tristes, calados, mas escutam a conversa; fala-se da sua situação, e eles esclarecem:

— «Não só os patrões nos recusam trabalho, como, quando nos aceitam, é de má vontade; regateiam os nossos salários, estipulados no Contrato colectivo de trabalho, que raras vezes é cumprido. Nunca querem pagar às mulheres os 120\$00 que lhes são devidos; aqui, no concelho de Portel, há um homem que tem ao seu serviço um trabalhador com 17 anos, que já devia ganhar 160\$00, porque é um diferenciado, mas só lhe paga 130\$00. Na herda-

de da Furada, em Montoito, o feitor que toma conta da terra está a prejudicar os tractoristas; para estes há um ordenado estabelecido, mas quando eles vão uma vez por semana semear adubo, e portanto não trabalham nesse dia com o tractor, o feitor aproveita para não lhes pagar os 190\$00, correspondentes ao ordenado de tractorista. Na Várzea, há proprietários que não querem pagar os feridos aos assalariados agrícolas; além disso, escolhem-nos, aceitam de preferência os não sindicalizados.

A este respeito, convém referir o que nos contou Filipe Rico da Piedade que, depois de ter trabalhado muitos anos para um patrão, foi despedido sem justa causa após o 25 de Abril, por fazer parte duma comissão de trabalhadores, que entendia defender os interesses dos seus camaradas.

O Serviço Nacional de Emprego afirma a sua boa vontade

Procurámos entrar em contacto com a A.L.A. — Associação Livre de Agricultores — mas não pudemos ser recebidos, pois não se encontrava em Évora o dr. Rebocho, presidente dessa organização. Dirigimo-nos então ao Serviço Nacional de Emprego, onde pudemos assistir a uma reunião da Comissão Distrital, presidida pelo dr. Fialho de Almeida, chefe da divisão

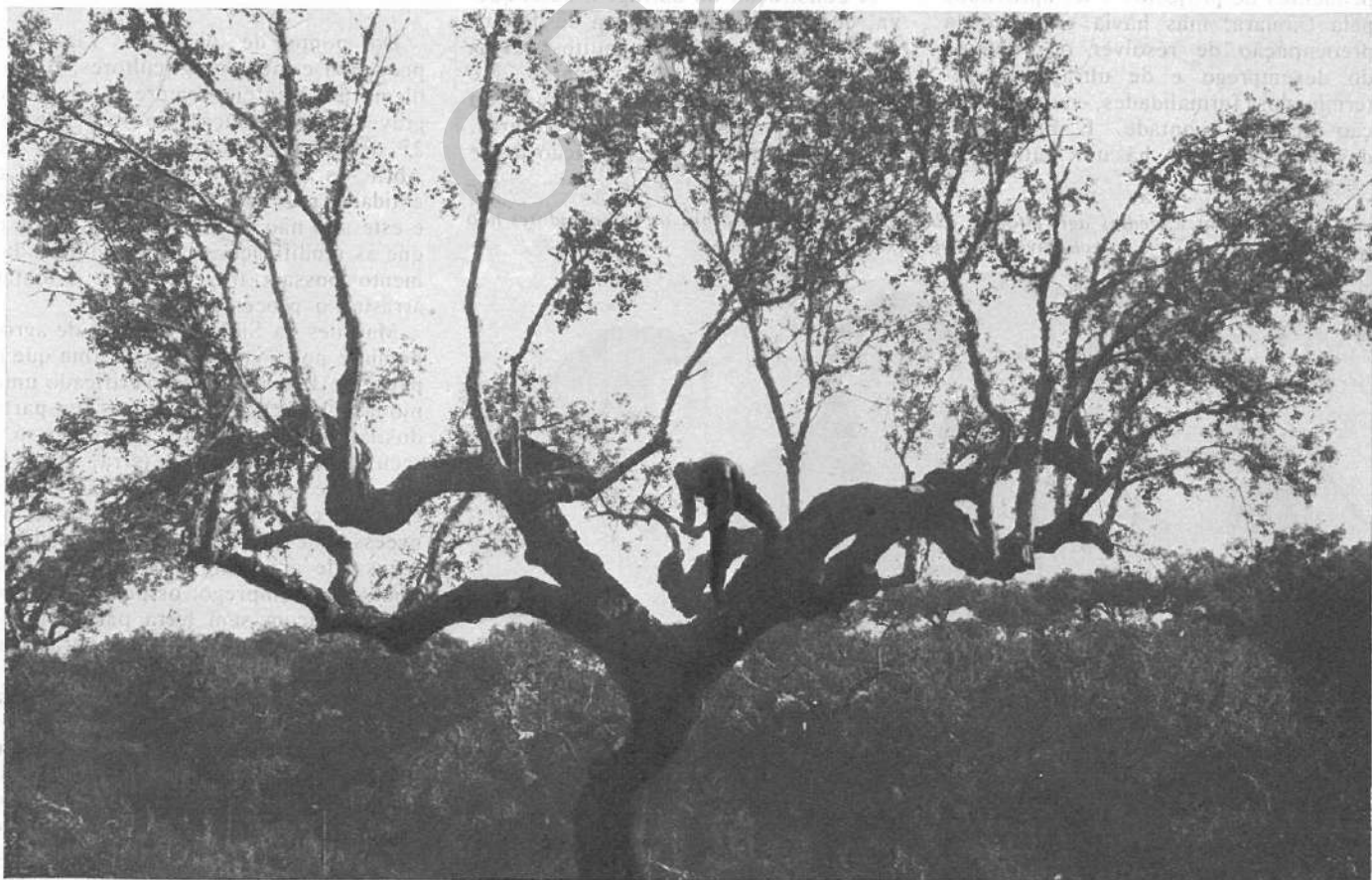


Propriedade abandonada pelo seu proprietário, D. Gil de Menezes, cujo nome foi associado ao 28 de Setembro

regional do SNE, e que nos prestou as seguintes declarações:

— «A crise de desemprego começou a verificar-se em Setembro, e em número bastante volumoso, na medida em que os trabalhadores regressavam das campanhas da zona de regadio e afluíam aqui, à zona de sequeiro. Tentámos dar uma solução ao problema, efectuando reuniões nas Câmaras Municipais, com os empresários agrícolas, mas era de lastimar o seu absentismo, pois apareciam sempre os mesmos, e poucos, em relação ao número que tinha sido convocado. Vimos que este processo era insuficiente, pois muitos trabalhadores continuavam desempregados, por só encontrarem boa vontade

num número muito reduzido de empresários agrícolas. Surgiu então a Comissão distrital em fins de Dezembro, altura em que o desemprego não se fazia sentir ainda duma forma tão aguda — era a época da apanha da azeitona. A Comissão teve que enfrentar dificuldades criadas por certos proprietários, mas importa fazer uma distinção entre o lavrador e o proprietário: o lavrador é um proprietário que dirige a exploração agrícola criando postos de trabalho; o proprietário, a administrar essa exploração à distância, através de rendeiros vive em Lisboa, afastado da realidade do Alentejo, e os rendimentos retirados das propriedades não são nelas investidos, o que impede simulta-



Os trabalhadores trabalham

neamente a possibilidade de criação de novos postos de trabalho e de melhoria da própria propriedade. Por outro lado, há também que considerar a situação do rendeiro, com o qual o proprietário estabelece, com o mais democrático dos sorrisos, um contrato no qual reserva uma parte de leão, enquanto o rendeiro tem que conformar-se com uma parte de cordeiro. Há ainda a questão da Lei do Arrendamento Rural que, a ser publicada, viria definir situações; diz-se que o contrato terá que ser feito por um mínimo de 18 anos, o que preocupa os proprietários: alguns não estão dispostos a colocar homens nas suas terras, enquanto não souberem em que termos irão contratá-los isto vem agravar também o problema do desemprego que deverá ser resolvido através da agricultura, e só no caso de excedentes de mão-de-obra realmente confirmados ocupando os trabalhadores noutra tipo de actividades. Assim alguns trabalhadores poderiam trabalhar nas obras públicas, a efectuar nas autarquias locais. Mas que isso não seja um gastar, mas um investir de dinheiro; que se dê a essas obras uma feição social, que sejam a resolução de problemas sociais, como, por exemplo, fornecimento de água às povoações, melhoramento de ruas, equipamento de escolas (que escolas?), enfim, tudo o que diga respeito às infra-estruturas de que o meio rural alentejano carece. Dessas obras, nem todas foram avante, por estarem dependentes de projectos a ser aprovados pela Câmara; mas havia entre nós a preocupação de resolver o problema do desemprego e de ultrapassar determinadas formalidades, numa intenção de boa vontade. E não só o desemprego rural, há um outro tipo



Fialho de Almeida, do Serviço Nacional de Emprego: «Os proprietários vivem em Lisboa e os rendimentos da exploração agrícola não são reinvestidos nela»

de desemprego, o da construção civil, devido à recessão que se tem verificado neste sector, que levou muitos trabalhadores alentejanos empregados em Lisboa, Setúbal, etc., a regressar às suas terras, onde acabam por encontrar as mesmas dificuldades.

A construção da barragem de Alqueva, cujo projecto se arrasta desde fins de Setembro, iria criar muitos postos de trabalho, ao mesmo tempo que resolveria o problema das zonas do interior e possibilitaria novas culturas, de regadio; mas a concretização desse

projecto parece um pouco duvidosa, pois à volta dessa iniciativa surgem as mais diversas posições. Pela minha parte, sempre defendi esse projecto.»

Desemprego cria mais desemprego

Do ponto de vista da Liga dos pequenos e médios agricultores, o problema do Alentejo sempre foi bastante grave, mas a situação piorou depois do 25 de Abril; porque antes do 25 de Abril os seareiros tinham terras, a entidade patronal fazia arrendamentos e este ano não os faz; assusta-se com o que as modificações na Lei do arrendamento possam trazer e está a tentar arrastar o processo.

Marques da Silva, estagiário de agronomia e porta-voz da Liga afirma que a partir de Janeiro se tem verificado uma nítida sabotagem económica por parte dos latifundiários. Estes estão não só a recusar-se a cultivar a terra, como a recusar-se a arrendá-la, ou, nalguns casos, a cultivá-la mal, sem atender às necessidades do País. Por outro lado, a recusa de arrendamento vai criar dois tipos de desemprego: os pequenos agricultores ficam sem terra para cultivar e, por sua vez, não podem dar trabalho aos outros trabalhadores rurais.

Marques da Silva salientou também a grande incerteza em que vivem os pequenos agricultores, pois todo o seu trabalho pode ser destruído pelas chuvas ou pelas secas: além disso, não têm nunca a certeza de poder vender o que vão produzir e muito menos sabem a que preço conseguirão vender a sua produção.

Liga dos pequenos e médios agricultores: «Então antes do 25 de Abril os trabalhadores não chegavam e agora são demais!!!»



— «Andam por aí a dizer que estamos a tomar de assalto as propriedades; trata-se de um boato alarmista, que nós desmentimos categoricamente. Algumas propriedades foram realmente ocupadas, mas esse facto deve-se à atitude dos grandes latifundiários deste distrito que, ao contrário do que acontecia nos anos anteriores, se recusam sistematicamente a ceder as suas terras para cultivo. Este comportamento é responsável pelo desemprego de milhares de trabalhadores, que aguardam desesperadamente o início dos trabalhos nos campos; perante o arrastar desta situação e havendo muitos trabalhos agrícolas que já deviam ter sido iniciados, dos quais está dependente grande parte da produção deste ano e do próximo, resolveram os aderentes da Liga iniciar os trabalhos de alqueive em três propriedades deste distrito. Estas posições foram tomadas agora porque estamos na altura de alqueives, ou seja, a altura em que se lavra a terra e se deixa de pousio para torná-la mais produtiva.»

Uma das propriedades ocupadas foi a Herdade do Pombal, da Casa do Duque de Cadaval; iniciaram-se rapidamente as negociações, tendo o proprietário acedido a arrendar a terra, com base na futura lei do arrendamento. A Herdade dos Botaréus, em S. Maços, também foi ocupada; a terra estava tão abandonada que a Comissão de inspecção que foi visitar a propriedade disse que era um caso tão flagrante que nem precisava de relatório. O proprietário quis protestar, afirmando que tinha uma exploração pecuária e que a terra era para o gado, mas a verdade é que são cerca de 3000 hectares de terra inculta que não estão a ser aproveitados. Face a esta situação de abandono, os trabalhadores decidiram ocupar a terra e começaram a lavrar.

— «O que está em causa não é só o desemprego, mas também a produção nacional» — prossegue Marques da Silva. — «O mal é estes senhores terem tanta terra, inculta ou não. A principal razão do atraso da agricultura em Portugal é a deficiente estrutura da

propriedade, concentrada nas mãos de um punhado de senhores, que pouco se importam com ela. No ano passado o País importou 13 milhões de contos de produtos agrícolas e este ano deve ir para os 16 milhões; a continuar assim, isto vai por aí abaixo, pois nós não temos recursos suficientes.»

No Alentejo vive-se, pois, uma luta de interesses que é, de facto, uma luta de classes entre os trabalhadores e os proprietários. A crise de desemprego na agricultura não é de agora mas este ano ela atinge já proporções que se põem muito pertinentemente à reflexão de todos. E também dos grandes proprietários, com quem não podemos conversar durante os dias da nossa permanência em Évora, por se encontrarem ausentes das suas terras.

Esta reportagem fica, pois, incompleta sem o depoimento deles; mas os problemas dos trabalhadores alentejanos não poderão ser votados, como a terra, ao abandono. Os grandes latifundiários terão que assumir, um dia ou outro as suas responsabilidades.

Os grandes proprietários terão que assumir um dia ou outro, as suas responsabilidades



Palavras do Presidente da República

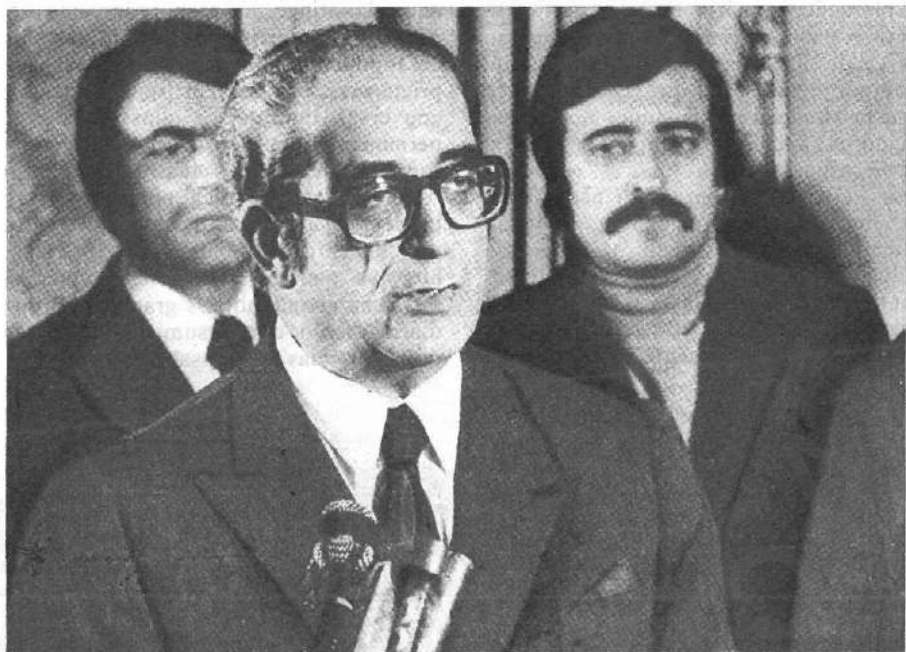


Foto de A. Geraldo

O Presidente da República, general Costa Gomes, proferindo a sua comunicação ao País

Cumpro mais uma vez o dever de informar os meus concidadãos, apesar de nos encontrarmos numa época em que o trabalho de todos é tão necessário, que não devemos perder muito tempo com palavras.

Vejamos os esclarecimentos que desejaria transmitir:

Com propósitos reaccionários bem evidentes há quem procure cultivar a ideia de que a aventura da manhã de 11 de Março teve a sua génese num ramo das Forças Armadas, indigitando-se como réu a Força Aérea.

Não podemos deixar camuflar as causas profundas de um golpe traiçoeiro, que derramou sangue de portugueses bons.

A acção armada foi da responsabilidade de poucos oficiais dos três ramos das Forças Armadas, e os três ramos, em operação coordenada, incluindo a maioria do pessoal das duas unidades da Força Aérea envolvidas, contribuíram para a neutralizar.

Registaremos que o pessoal da Força Aérea está solidário com o seu chefe, que as poucas forças intervenientes foram pequenas parcelas da Base Aérea 3 e do Regimento de Caçadores Paraquedistas.

E, mesmo essas pequenas parcelas foram, na sua quase totalidade empenhadas falsamente, supondo que saíam a cumprir ordens do seu Comandante e Chefe do Estado Maior.

Não iremos pois cair em logros divisionistas, os três ramos das Forças Armadas estão unidos entre si e determinados a manter estreita aliança com o povo a que pertencem e querem servir.

Tudo o que referi diz respeito a aspectos da acção armada, mas, voltando às causas profundas, convém não esquecer que esta acção foi apenas um afloramento espectacular do inimigo do povo e do MFA.

Foi vencido o afloramento, mas o núcleo das forças adversárias esse ainda existe, são alguns sectores capitalistas e privilegiados sem capacidade de adaptação às novas condições político-sociais e são ainda aquelas forças políticas de cores opostas, cujas ideologias são incompatíveis com a felicidade do Povo e com o Programa do MFA.

Muitas pessoas parecem mais prontas e eficientes a criticar quem trabalha do que a colaborar com um trabalho redobrado de que o País tanto carece.

É assim que já me vão chegando vozes impacientes por conhecer o resultado do inquérito já em curso.

Pois trabalha-se nele noite e dia, ele será rápido mas não superficial, porque as raízes do mal são profundas e encobertas; necessitamos secá-las à luz crua da verdade.

Cremos que estas averiguações virão iluminar aspectos menos evidentes da anterior tentativa, do 28 de Setembro.

Ficam todos com a nossa promessa de que se cumprirá a lei e que a dureza da justiça se fará sentir sobre os responsáveis sem distinguir nomes, entidades, classes privilegiadas ou interesses poderosos.

Provaremos que a lei é igual para todos os portugueses.

Melo Antunes Aproximação de Portugal com o terceiro-mundo

O ministro Melo Antunes ao regressar da Argélia, onde teve conversações com o Presidente Boumediene, e após condenar a aventura irresponsável do 11 de Março, afirmou: «Penso que se Portugal quer arrancar do seu subdesenvolvimento e pretende, por outro lado, caminhar da sociedade de onde partiu para outro tipo de sociedade realmente humana — isto é, se quer transitar das formas políticas de fascismo e das formas económicas de capitalismo, de onde saíu, para uma sociedade socialista — por uma via efectivamente portuguesa, original e nacional, tem de congregar esforços para um grande projecto autenticamente nacional».

Tal projecto passa por uma efectiva colaboração com os países do Terceiro Mundo afirmou Melo Antunes que acrescentou «Nós temos de ter a capacidade inventiva e criadora para poder aqui mesmo resolver os nossos próprios problemas, tanto no domínio económico como no social ou político. Devemos, ter a flexibilidade suficiente, para a partir de experiências alheias, sabermos construir a nossa própria realidade».

Referindo-se ao seu encontro com o presidente da República argelina Melo Antunes declarou: «Foram passados em revista muitos problemas políticos e foram postas muitas questões relativas à possível cooperação a muito curto prazo, em vários domínios. O encontro excedeu as expectativas».

Capital, 13 de Março

Nacionalização da Banca e Seguros

O Conselho da Revolução, imediatamente reunido na sua primeira sessão legislativa, elaborou e aprovou um Decreto-Lei, nacionalizando todas as instituições de crédito bancário, com sede em Portugal e ilhas adjacentes, com pequenas excepções, atendendo à existência de filiais de bancos estrangeiros e caixas económicas e de crédito agrícola, que aguardarão lei especial.

Diário de Notícias, 14 de Março

A seguir à Banca o Conselho da Revolução nacionalizou as seguradoras portuguesas. Excluídas as companhias com forte participação estrangeira. A gestão das empresas nacionalizadas será assegurada por comissões administrativas a nomear pelo Governo ou por delegados governamentais para as companhias com capitais estrangeiros.

Diário de Notícias, 17 de Março



O significado da nacionalização

A nacionalização da Banca, medida de há muito requerida pelos sectores mais progressistas do nosso País, e cuja aplicação se inscreve no espírito do programa do MFA, vem possibilitar que a «estratégia antimonopolista» venha efectivamente a concretizar-se. A lei constitucional número 5/75 consagra assim a leitura mais progressista do Programa do MFA, constituindo um avanço sobre o Programa de Política Económica e Social, que não previa a nacionalização da Banca.

Que significa a nacionalização da Banca? Nacionalização é a acção de transferir para a colectividade a propriedade de certos meios de produção. Do ponto de vista de direito administrativo e economia política, «nacionalização» é «o conjunto de operações pelas quais uma ou várias empresas privadas são subtraídas, por via de autoridade, ao regime capitalista, declaradas «propriedade da Nação» e dotadas de uma estrutura e organização novas». Assim, há dois elementos essenciais: 1 — uma transferência de propriedade; 2 — o estabelecimento de um novo regime.

A transferência de propriedade operada pela nacionalização é sempre obra de uma decisão da autoridade (no caso da banca portuguesa, do Conselho Superior da Revolução) que afasta os pro-

prietários capitalistas, transferindo a propriedade da empresa para a colectividade. Há que distinguir duas formas de nacionalização: ou os proprietários são indemnizados, ou não. No segundo caso, a nacionalização assume um carácter francamente revolucionário (caso das nacionalizações operadas na Rússia em 1917, nas democracias populares, em Cuba, na China) e equivale a uma confiscação. Este tipo de nacionalização pode também ocorrer como uma punição do Estado sobre os antigos proprietários.

O regime das empresas nacionalizadas, submetidas até ao acto de nacionalização às exigências de actuação capitalistas, é alterado de modo a que elas passem a reger-se por normas que as ponham efectivamente ao serviço da colectividade.

A ideia da nacionalização é de inspiração socialista. É uma das formas de supressão da «exploração do homem pelo homem», pelo fim da apropriação individual dos meios de produção. Contudo, desde as primeiras nacionalizações operadas pelos revolucionários russos de 1917, até aos dias de hoje, muitas formas diferentes têm cabido no amplo conceito de «nacionalização».

Na verdade, a «socialização» de uma economia é muito diferente, consoante as nacionalizações

atinjam a quase totalidade das empresas (caso das democracias populares depois de 1945) ou apenas algumas, deixando subsistir, ao lado do sector nacionalizado, um importante sector capitalista (caso da França e da Grã-Bretanha).

No caso francês, as nacionalizações operadas no final da Segunda Guerra Mundial abrangeram quatro sectores: o crédito, os seguros, a energia e os transportes. Nessa altura a relação de forças era favorável à classe operária e às forças democráticas. As nacionalizações obedeceram então a intuítos verdadeiramente socializantes e tiveram um papel progressista. Contudo, quando a relação de forças foi de novo favorável aos capitalistas, as empresas nacionalizadas foram-se transformando num instrumento de financiamento público das actividades privadas, um utensílio indirecto de acumulação do capital monopolista.

A nacionalização da banca portuguesa será um passo decisivo na concretização de uma «nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas». (Programa do MFA).

Diário de Lisboa, 14-3-75

As dificuldades de Portugal sublinhadas por Mendès France



Pierre Mendès France, antigo Presidente do Conselho da França, ladeado pelo ministro da Comunicação Social, comandante Jorge Correia Jesuino, durante uma conferência no Palácio Foz

Mendès-France, numa entrevista concedida ao *France-Soir*, acerca da sua viagem a Portugal, afirmou que o nosso país enfrenta actualmente todos os problemas que a França conheceu imediatamente a seguir à libertação, acrescentando ter ficado impressionado com o contraste existente entre «as aspirações profundas, a impaciência do povo, humanamente compreensíveis,» e «as imensas dificuldades que não poderão ser resolvidas de um dia para o outro».

Analisando a situação económica de Portugal, declarou: «Este país tem de importar metade dos géneros alimentares que consome, quando há vinte anos se alimentava a si próprio. É um dos grandes crimes do regime de Salazar. Todas estas dificuldades, o desemprego de que ninguém sabe a extensão, um milhão de emigrados, quando a população global está em declínio, crise da agricultura: tudo isso começou antes do 25 de Abril».

Para remediar esta situação, Mendès-France preconiza a fixação dos camponeses ao campo para diminuir o desemprego e simultaneamente tornar mais produtiva a agricultura.

Por outro lado, o racionamento parece-lhe inevitável: «A gasolina é cara mas não está racionada(...); importam-

se produtos semi-luxuosos, como frigoríficos, quando se está ainda condenado a importar cereais, leite, carne e até peixe». E Mendès-France conclui: «Impossível continuar sem algum racionamento».

Para Mendès-France há coisas «excepcionais» no Plano Económico elaborado pelo Governo mas é contra as subvenções às empresas «que não podem suportar os aumentos de salários», em vez de «as subvencionar par se reconvertirem».

Por último, declarou que Portugal deve ser ajudado pelo estrangeiro, pela Comunidade Europeia, pelo Fundo Monetário Internacional e pela OCDE: «Portugal tem necessidades de empréstimos ou de donativos mas, sobretudo, tem o direito de recorrer a meios de planificação, de programação e de controlo, como os países da Europa libertados à 30 anos, ou como os países subdesenvolvidos acabam de obter da Comunidade Europeia.

Paris, 10 de Março (AFP)

Resolver a contradição CIDADE-CAMPO

Sobre o pano de fundo global em que, neste país, se desenrolam os conflitos sociais resultantes das contradições do tipo de sociedade em que nos inserimos, outras lutas, a refletirem contradições, de outra ordem afloram — e para as quais há que se estar desperto.

Uma das contradições, patente a todos nós, e que assume relevo fundamental, é o fosso existente em Portugal entre o campo e as cidades.

Embora essa distorsão fosse conhecida, e até considerada como uma fatalidade histórica, as campanhas de dinamização cultural levadas a efeito pelas Forças Armadas revelaram-na em toda a sua grandeza. Essas campanhas mostraram bem a verdadeira face de um amplo interior colonizado até à exaustão, pelas metrópoles litorais, onde se acolhem e montam os seus quartéis gerais os herdeiros dos terratenentes por quem, na reconquista, foi distribuído o território nacional.

Em termos de superfície reflete-se no nosso País a contradição global dos países ricos face aos países pobres. É como se nos encontrássemos perante um imperialismo (de segunda ordem, mas não menos cáustico), das cidades sobre o campo, em que este — representado pelo camponato e pequenos proprietários — se vai auto-exaurindo (na medida em que é utilizado em relações nítidas de espoliação) como força de trabalho que alimenta as cidades.

Este facto explica linearmente a proverbial desconfiança do homem do

interior face ao homem da cidade; por vezes, a sua não compreensão pelas lutas empreendidas por trabalhadores que dispõem do dobro ou mais do seu rendimento; a sua posição contrária aqueles que, boa verdade, constituem uma autêntica aristocracia do trabalho.

Constituindo a população do interior de Portugal a classe mais desfavorecida da população portuguesa, é nela que, prioritariamente, pensa o Programa do Movimento das Forças Armadas.

Grande parte das mais valias que vêm sendo arrecadadas pelos elementos das classes dominantes devem dirigir-se em primeiro lugar, para o campo, melhorando radicalmente as condições de vida no interior.

É toda uma estratégia de desenvolvimento a rever. E é na resolução desta contradição que devem fixar-se imediatamente os responsáveis. Se assim não for, se essas mais valias continuarem a ser prioritariamente atribuídas ao país urbano, corre-se o risco de aprofundar o fosso entre o Portugal-litoral e o Portugal-interior.

Então o campo não compreenderá a justiça da revolução e ficaria em condições de, empurrado pela reacção (por aqueles que não estão interessados em qualquer espécie de justiça e apenas pretendem não perder os chorudos privilégios que auferem), ficariam em condições de, repetimos, se levantar contra as cidades, fazendo voltar atrás o processo revolucionário em que nos encontramos empenhados. E a história ensina-nos que, em Portugal, nenhuma revolução venceu a médio prazo, porque nunca foi capaz de ultrapassar o seu carácter urbano e, pelo seu espraiar interior, transformar-se de facto em movimento popular.

A comparticipação activa dos trabalhadores portugueses (dos campos e das cidades), no desenvolvimento das linhas orientadoras do Programa de Política Económica e Social — retirando dele todo o dinamismo progressista que contém —, será a todos os títulos importante para a resolução das contradições diversas (nomeadamente a campo-cidades) da sociedade em que ainda vivemos. Tal comparticipação pressupõe, no entanto, o avançar-se rapidamente na definição e aplicação de estruturas de participação popular a todos os níveis — estruturas que sejam o embrião de um tipo novo de democracia (política e económica) e de um novo tipo de administração regional e local.

O desenvolvimento do processo revolucionário exige que se tenha em conta o país real: ou seja, a necessidade de resolver as contradições da sociedade portuguesa, não apenas a nível de explorado-explorador, mas também a nível país litoral (rico) — país interior (pobre).

Boletim do MFA, 11 de Março

VASCO

SPÍNOLA para o Brasil



em noite de Teatro

Peça de Bernardo Santareno conta fascismo e 25 de Abril

Português, escritor, 45 anos, peça de Bernardo Santareno que esteve durante muitos meses num teatro de Lisboa, onde os Portugueses da capital e dos arredores puderam vê-la, passa, na próxima segunda-feira, dia 24, na televisão.

A peça é uma espécie de revista do tempo do fascismo mostrando como o salazarismo se instalou em Portugal; mostrando também os momentos mais importantes da vida da nação, como, por exemplo, as eleições de 1959, em que Humberto Delgado teria sido presidente se tivéssemos podido votar livremente e se os votos fossem contados honestamente. O final, logo após o grande quadro sobre a guerra colonial, é o 25 de Abril, a grande festa do povo, o dia da libertação nacional.

Todos os Portugueses terão agora a oportunidade de assistir a um espectáculo que lhes mostrará, como só é possível de há um ano para cá, os seus verdadeiros problemas.



TV-RURAL

Os problemas da agricultura



TV-Rural é um dos programas da nossa televisão que mais se preocupa com os problemas do povo português, sobretudo os problemas agrícolas. Como sabemos, as nossas zonas rurais foram muito desfavorecidas em relação ao litoral o que levou, como nos disse o eng. Sousa Veloso, produtor-realizador do programa, a confiar-nos: — Essa situação levou as pessoas a

fugirem para os grandes centros e a procurarem ocupações diferentes, abandonando a agricultura. E a emigram. Em seguida, criaram-se injustiças, inclusive no que diz respeito ao dinheiro dos emigrantes, que era depositado em bancos rurais mas investido, sobretudo, no litoral.

Próximo programa de TV-Rural no domingo, 23 de Março.

Seleccção Televisão

1.º Programa

- Sábado, 22 de Março
Memórias do Nosso tempo (19.00)
- Domingo, 23 de Março
TV Rural (19.00)
Teledomingo (20.30)

- 2.ª Feira, 24 de Março
Teatro — «Português, Escritor, 45 Anos de Idade» — Uma peça de Bernardo Santareno (20.45)

- 4.ª Feira, 26 de Março
TV Rural (19.30)

- Sábado, 29 de Março
Basquetebol — Académico-Académica (17.30)

- Domingo, 30 de Março
Tarde de Cinema — «Amici Per la Pelle», um filme de Franco Rossi (15.30)
TV Rural (18.00)
Programa Musical com Theodorakis (19.00)
Eurovisão — Concerto da Primavera (21.20)
Diariamente às 13.15 e 20.15 o programa «**Propaganda Eleitoral**». Dias 25 e 27 de Março «**Especial Eleições**» (21.45)

2.º Programa

- Dias 26, 27, 28 e 29 de Março
— «**Os Actos Dos Apóstolos**»
— Um filme de Roberto Rossellini

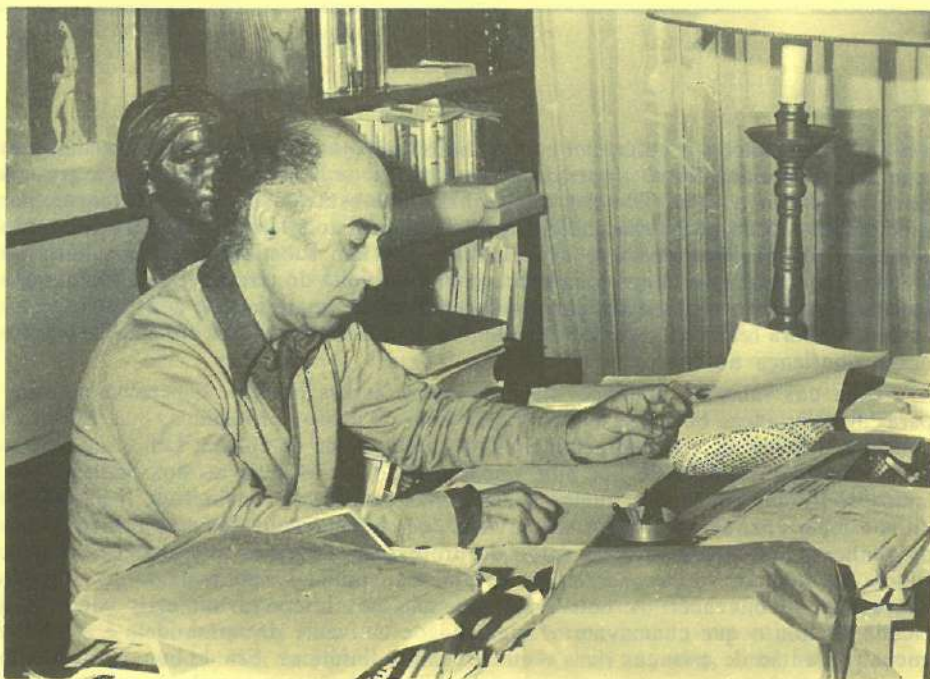
Seleccção Rádio

RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS Programa do MFA

4.ª feira: 22.05
Sábado: 22.05

EMISSORA NACIONAL Formação Política

2.ª feira: 16.20
3.ª feira: 23.00
4.ª feira: 18.20
5.ª feira: 21.15
6.ª feira: 15.20
Sábado: 23.00



Dias de vento, o conto de Fernando Namora, retirado do primeiro tomo dos *Retalhos da vida de um médico*, que hoje publicamos, começa por ser uma história de solidariedade: de «solidariedade social, no interior de uma pequena comunidade rural; de solidariedade também para com um garoto, tornado esquivo e rebelde por uma vida miserável.

Mas *Dias de vento* acaba por ser uma história de solidariedade frustrada; porque, se o médico compreende o drama do seu pequeno amigo e procura minorar a sua miséria, a vida encarrega-se de desfazer esse início de relação, atirando com mais um terrível drama — a morte da mãe — para cima do pobre garoto.

A agressividade do seu gesto final é um sinal já não só de rebeldia mas, sobretudo, de revolta. Revolta mesmo contra o amigo, que ele rejeita para o campo dos bem-aventurados da vida, guardando só para si, num desafio exemplar à vida, o seu destino de «bicho».

«Ainda hoje medito no sentido desse fogo. Talvez o garoto quisesse vingar a morte da mãe. Talvez nos quisesse dizer que eles, uns bichos, não precisavam de uma casa para nada. Nem para morrer.», assim conclui Fernando Namora do gesto do seu herói, que parece escapulir-se do Autor pela porta alta da verdade.

DIAS DE VENTO

por Fernando Namora

Lembro-me ainda de outra história acontecida na cidade.

Os antigos haviam edificado um castelo no cimo do morro, que lembrava um punho a furar a placidez da campina, e a cidade depois foi crescendo nas abas da colina, preguiçosa, escura, a imitar a austeridade da fortaleza que lhe dava protecção e sombra. Defendia-se dos ventos de Espanha e das rajadas de neve da Gardunha empurrando as casas para poente, apertando-as em becos tristes e angulosos. Abandonava-se ao vento a outra vertente do morro; e foi ali, na terra desgastada, que, por fim, conseguimos um hectare bravio onde construir a nossa clínica de crianças. Já então a cidade se tinha libertado dos seus limites medievais, partindo à conquista da planície, ávida de largueza.

Fomos auxiliados sem entusiasmo, talvez mesmo com animosidade e fastio: nesses palmos de terra assolada, que ninguém cobiçara, conseguimos apenas erguer

um único pavilhão, e à volta, por muitos anos ainda, a paisagem continuou nua, sem uma árvore que desafiasse a montanha. O pavilhão ficou isolado, tristonho — e parecia gemer e derrear a cada silvo das montanhas. Mas estávamos certos de vencer, por fim, o egoísmo da burguesia endinheirada da cidade, toda ela entregue à exploração comercial dos bairros novos e às indústrias que iam substituindo a sensaboria da lavoura; por isso levantámos uma cerca pobre em volta do terreno, deixando de pé a casota de madeira que servira para armazenagem dos materiais de construção. Essa casota, embora realçando o ar de abandono e de modéstia que nos sitiava, hasteava a nossa confiança no futuro.

Uma das salas no pavilhão serviu-nos para escola infantil. Esperávamos atrair para ali as crianças burguesas, lado a lado com os nossos protegidos, mas foi difícil vencer a desconfiança e os preconceitos da gente graúda da cidade. Íamos sujeitar os seus filhos ao vexame de um bibe riscado, ordinário e igual ao dos maltrapilhos, íamos confundir educações, meios sociais; mas todos esses melindres, pensados ou ditos a meia voz, se escondiam em dúvidas acerca das qualidades morais e religiosas da senhora que se prestava ao cargo de professora. Tivemos que começar com os filhos de médicos, de comerciantes e com os humildes. Só mais tarde, quando conseguimos convencer os outros de que não nos interessavam mais adesões, a cidade aceitou o que chamavam a originalidade cativante da nossa ideia e a salinha encheu-se então de crianças ricas e quase sempre linfáticas. Era de bom tom que um menino decente atravessasse as ruas de bibe pobre, aos quadrados vermelhos, acompanhado do criado, exibindo o democratismo dos seus abastados pais. Tínhamos ganho a curiosidade da cidade, talvez, afinal, a sua deleitada snobeira, e tudo isso ia traduzir-se em novas construções, jardins, medicamentos. A casota de madeira continuava de pé esperando, apesar dos vendavais...

Ora aconteceu que, certa manhã, um dos meninos entrou alarmado pela sala, fugido a uma pedrada que estilhaçou a vidraça da janela. A professora correu lá fora, a tempo de lobrigar um garoto feio e aciganado, saltando a cerca. O garoto teria aparecido, saltando a cerca. O garoto teria aparecido por ali, atraído pela algazarra do recreio, e resolvera à pedrada qualquer desavença com um dos alunos da classe. Não valia a pena pensar mais nisso.

Tempos depois o nosso orçamento permitia-nos distribuir um almoço às crianças inscritas na clínica; e a essa hora vimos por ali, rondando, de olhos ariscos e pardos, um garoto desconhecido. Esperava pacientemente, de longe, que as empregadas servissem o almoço e escondia-se sempre que alguém o chamava; uma delas reparou, mais tarde, que ele vinha espreitar o balde dos restos, despejando-o numa marmitta de barro, mal se sentia livre da nossa vigilância. E escapava-se logo, numa pressa alarmada, como se gatunos o acossassem de todas as bandas. Impressionados, tentámos conquistá-lo. Aceitou sem agradecimento a oferta do almoço, receando, por certo, que a nossa generosidade ocultasse uma cilada, mas não teve uma palavra para nos dizer da sua vida, do seu poiso ou o nome dos pais. Calava-se, duro, boca retraída, numa altiva amargura. Se alguém o espiava do outro lado da mesa, cobria o prato com os braços, num alarme selvagem, os cabelos descaídos sobre o rosto sardento. O garoto e os seus mistérios tornaram-se o acontecimento da clínica. Também a professora quis conhecê-lo e parecia-me que tinha delineado já algum projecto de domesticação. Preparámos um encontro e deixámo-los sós. Mas a professora voltou depressa para nos dizer:

— O pequeno é o mesmo que partiu os vidros! Deve morar por aí, nas vizinhanças.

A lavadeira foi encarregada de investigar o caso. Era uma destas pessoas gluttonas da vida alheia, que se gabam de conhecer as intimidades de cada família. Pois teve de confessar, para seu desdouro, que não descobrira a mais velada ligação entre os moradores das proximidades e o nosso misterioso hóspede. E nós bem sabíamos que seriam inúteis outras investigações; a lavadeira teria preferido remover a província antes de dar conta do seu fracasso. E o balde dos restos continuou a ser esvaziado — mesmo naquelas horas em que a clínica não funcionava, cerca e portão fechados.

Desistimos de aliciar a confiança e as simpatias do nosso protegido.

Foi mais tarde que se deram factos estranhos e inesperados.

A cidade, depois da instabilidade da Primavera ameaçada de ventos, e da crueza do Verão, ia-se repassando da serena melancolia do Outono. Eram os meses dos turistas. Apetecia vadiar ao acaso pelos arredores, no encontro do entardecer, entre os renques de choupos, faias, que a tinta do poente coloria de uma doçura magoada. Às vezes, nesses passeios solitários e sem destino, a paisagem desfalecida penetrando-me os sentidos sem os agredir, resolvia preocupações da minha profissão.

Um dia o vendaval saltou-me ao caminho. Da montanha vinha sempre alguma coisa imprevista. Eu saíra para o campo, preocupado com uma cultura de germes

que deixara a medrar no laboratório da clínica e pela qual esperava esclarecer o caso de uma das nossas doentinhas. O vento, numa corrida, roçou as folhas altas dos plátanos e só depois se encrespou, doido, a caminho do morro. O vento fez-me lembrar a solidão da clínica. Vigiando o desenvolvimento da cultura, a sós com a minha ansiedade, seria como se a minha presença apressasse as longas horas de expectativa. Agradou-me a ideia e voltei a cidade.

Era a primeira vez que me dirigia ao pavilhão a essa hora morta. E tudo aquilo, abandono, vento, silêncio, me transmitiu uma aguda sensação de dor e tristeza. Talvez eu tivesse dado logo à entrada pelo fumozinho ralo a esgueirar-se pelas fendas da casota — mas só a dois passos da clínica tomei consciência do que os meus olhos observavam. Fiquei intrigado. E antes que eu decidisse retroceder, a investigar o mistério desse fumo, uma cabra torneou uma das esquinas da casota, roendo calmamente as ervas selvagens da colina. Contive-me, fingindo não ter reparado em nada, e entrei no pavilhão para espreitar por detrás das cortinas.

Já então um garoto perseguia a cabra à pedrada, enquanto arriscava uns olhares ariscos cá para cima. A perseguição durou algum tempo, a cabra decidiu procurar refúgio junto do pavilhão e todas as vezes que as suas goelas se abriam num balir impaciente, o garoto corria à cautela para o muro da cerca. Tratava-se mais uma vez do nosso esquivo hóspede. Ficou lá longe, sem saber se devia aventurar-se. Segurava uma pedra em cada mão, raspando-as irritadamente uma na outra, e por fim ergueu o rosto decidido e agreste e correu para a cabra, arrastando-a quase de rojo para a cabana. Parecia-me que ele chorava de raiva.

O fumo tinha quase desaparecido. Com o vento amainado, apenas uma lânguida nuvem se condensara sobre o telhado. Esperei ainda que alguma coisa acontecesse. Havia esquecido a análise. E mais tarde, impacientes da demora ou convencidos de que eu já estaria longe, saíram da casota o garoto, a cabra, um homem alto seguido da mulher *desmazelada* e um gato. O homem trazia aos ombros uma sacola e vários utensílios que eu, a distância, não conseguia identificar. A casota albergava uma família! O garoto guiando a caravana, saltou a cerca no sítio mais baixo do muro. A cabra foi erguida a pulso e já outros braços a esperavam do lado de fora.

Durante uns dias o garoto esteve ausente dos almoços. Fui revistar a cabana. Havia cinza espalhada à pressa, e o morno e o bafo de corpos dali escapados não muito antes. Lembrei-me de sondar as cercanias, os baldios onde ciganos e ambulantes costumavam acampar. À sombra de umas oliveiras, grisalhas e mirradas pelo sopro gelado da montanha, fui encontrar a família foragida. Parecia um desses grupos desalentados de maltrapilhos que, periodicamente, durante dias, invadiam a cidade com tralha de amoladores, funileiros, ofícios desses, e com lamúrias. Para confirmar a sugestão, o homem, sentado nas raízes soltas de uma oliveira, arredondava uma lata, moldando-a à martelada, cuspidando tabaco para os lados, enquanto o ganapo seguia os gestos do pai com uma atenção sem pausas, espreitando o momento de lhe passar a ferramenta e o estanho. A cabra vagueava num círculo que lhe era imposto pela corda presa a uma das árvores.

Aguardei o regresso da família, espreitando o portão da cerca, até ao dia em que o fumo anunciou de novo a sua presença. A minha espionagem de mais alguns dias desvendou o jogo de escondidas entre os nossos hábitos e horários de trabalho e as preocupações dos assustados inquilinos: nas horas de funcionamento da clínica andavam lá por fora, oferecendo serviços de porta em porta ou vadiando pelas quintas. A cabana ficava meticulosamente deserta: nem um trapo a denunciá-los. Regressavam a meia tarde, moídos mas de faro na ceia, laças e mantas aos ombros, juntando a essa mobília ambulante alguns molhos de gravetos para o lume. A cabra ficaria por ali perto, à guarda do garoto. Tais cuidados e a canseira enervante de os repetirem semana a semana, de Inverno ou de Verão, pareciam bem compensados por esse gosto de um tecto, por esse arremedo de um lar na sua vida de malteses. Enquanto a mulher, lá dentro, espreitava o lume, o chefe de família sentava-se a meio da encosta, fumando placidamente um cigarro, olhos aciganados nas montanhas de longe, como se gozasse tudo isso através da solidez de um reduto que lhes pertencia. Se a montanha trazia vento, ele assobiava ao rapaz, que empurrava a cabra e todos desapareciam dentro do casebre.

A história correu pela clínica, emocionou a professora, e o director concordou em convidar aquela gente para guardas da nossa propriedade, com o direito de ocuparem a casota. Mas nada disso chegou a passar de projecto.

Entretanto, caiu sobre nós uma epidemia de gripe. O encontro do Outono com o Inverno tinha sido áspero: aguaceiros, a lâmina fria do céu aos uivos e ainda dias abruptos de um sol que, sabendo-se intruso, aquecia mais do que se pedia, para logo desaparecer. A gripe alastrou à solta, pela cidade. A consulta só terminava à boca da noite e, em breve, centenas de enfermos complicavam-se de acidentes pulmonares, que nos obrigavam a esgotantes visitas, na cidade e no campo, tendo pela frente as serras a desfazerem-se em ventania. Não havia tempo para repouso nem para outras

preocupações. Esqueci o garoto e a família — embora um dia em que chegara à janela do laboratório, rendido à fadiga, se me tivesse deparado uma face sardenta colada aos vidros; encarámo-nos, surpresos, durante segundos. Depois ouvi-o correr, rua abaixo. Não dei um passo para o chamar. Senti uma esvaída indiferença, que era o peso do cansaço.

Mas no dia seguinte ele aguardava-me fora do portão da cerca. De rosto contraído traía o seu embaraço mais pelo gesto de arranhar uma das orelhas. Esperava vê-lo fugir a todo o momento, mas não arredou pé, plantado no meio da rua, como se me desafiasse.

— Olá mariola! — E seguí, adiando a nossa conversa.

Ele foi colocar-se junto do portão, torcendo e destorcendo as abas descaídas da camisa. Queria falar-me, sem dúvida; e nunca teria decidido enfrentar-nos se não fosse coagido por um motivo forte. Revolvi-lhe os cabelos crespos, a oferecer-lhe a minha intimidade, e levantei-lhe o queixo.

— Não tens aparecido ao almoço ...

— Não senhor.

— Tenho esperado por ti. Por onde tens andado, velhaco? ...

Ele teimou em baixar a cabeça, afastando com rudeza as minhas mãos. Mordia os lábios.

— Que tens? Dói-te alguma coisa?

— A minha mãe está doente.

— Devias ter dito logo.

E sem esperar pelas suas indicações fui direito à cabana. Mas o garoto cortou-me o caminho e, com as faces incendiadas, rumorejou:

— Ela... não está aí.

Afaguei o nariz para esconder o riso. E mais uma vez tomei a iniciativa de escolher o trajecto, pela vereda que nos levaria ao muro e aos baldios. O meu companheiro, então, ergueu os olhos — uns olhos claros e pela primeira vez macios de emoção. Saltámos juntos o muro, como dois camaradas. Debaixo das árvores, estendida num molho de feno, os pomos febris, a mãe dele esperava-nos. Dilatava as narinas, ofegante, e quis levantar-se quando me viu — mas o marido, de joelho em terra, segurou-lhe a intenção. Ele tinha o rosto moreno, seco, faminto.

A mulher era mais um caso grave de gripe em que a pneumonia progredira como lume sobre estopa, nada havendo nesse organismo gasto de misérias que estorvasse a devastação. Receei o pior. Fui com o garoto ao hospital pedir que transportassem para lá a doente. Pelo caminho, conversámos.

— A tua mãe está mal. Vocês não a deveriam ter na rua, ao frio, naquele estado.

Eu falava sem o encarar. Adivinhava-lhe, porém, a expressão dura e tensa. Assentei-lhe as mãos nos ombros muito magros e ele não reagiu.

— Estás a compreender o que eu digo? Não me respondes? — Ele acenou com a cabeça muitas vezes, talvez para que eu não voltasse a moê-lo com palavras, contendo obstinadamente a exibição da sua dor. — Ela não devia ter saído de casa.

O garoto limpou os olhos à manga da camisa e abriu a boca para me retorquir. Mas arrependeu-se. Começou então a soluçar baixinho.

— É preciso que saibas que sou teu amigo.

— Eu sei.

— Comigo podes falar.

Embora os seus olhos fossem ainda os de um animal espantadiço, contou-me que a doente vinha para o baldio, durante a manhã e a tarde, para que nenhum de nós os descobrisse na casota, para que ninguém os enxotasse do único tecto que haviam tido em toda a sua vida.

A doente delirou pela noite adiante. De manhã, fui encontrar o gaiato à porta do hospital, estendido nos degraus, gelado, e disseram-me que não saíra desse lugar desde a véspera. A mãe entrara em agonia. A sua pele curtida era agora de um mate estranhamente belo. Saí do hospital antes de ela morrer. O garoto aguardava-me. Quase o aborreci de ele me não libertar desse encontro penoso.

— Foi uma pena.

— Quê, ela morre?

Falou sem uma hesitação, cruelmente.

— Está mal, veremos. Já te disse que esta doença não quer que se saia do agasalho de uma casa para o frio da rua.

Na madrugada que se seguiu à morte da mulher fomos encontrar a nossa cabana incendiada. O vento revolia as cinzas, espalhando, com prazer malvado, o odor a madeira e a terra queimadas. Um odor que tinha alguma coisa de sinistro.

Ainda hoje medito no sentido desse fogo. Talvez o garoto quisesse vingar a morte da mãe. Talvez nos quisesse dizer que eles, uns bichos, não precisavam de uma casa para nada. Nem para morrer.

A literatura portuguesa actual e a censura fascista

Verificámos, no nosso primeiro número, com base no inquérito efectuado por José Tengarrinha, que os escritores portugueses mais lidos eram Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Júlio Dinis. Todos eles escritores do século passado.

Constata-se, assim, que havia uma tendência grande para os leitores seguirem uma linha de orientação que lhes era sugerida (caso dos adolescentes) ou lhes teria sido dada (caso dos adultos) na escola. Porque ao anterior regime não interessava que o povo fosse posto perante a realidade presente, a criança-leitora era colocada face a escritores e, portanto, a realidades do século passado. Assim, porque todos eles eram grandes escritores, sorria ou ria-se com a ironia de Eça, tomava contacto com as suas críticas sociais e com os seus retratos humanos; comovia-se com os dramas românticos de Camilo; participava no lirismo de Júlio Dinis. Mas tudo isto pertencia ao passado e, embora encontrando, muitas vezes, situações que se adaptavam à sua realidade, tomava-as como um caso isolado, não as analisando num todo social. Porque aos «senhores» não convinha que o povo tomasse contacto com análises de realidade actual.

Havia, portanto, um boicote aos grandes escritores do nosso tempo. Tirar o leitor do seu problema pessoal e deixá-lo compreender que os problemas eram nacionais não interessava ao anterior regime. Deixar o leitor aperceber-se que uma determinada situação dizia respeito ao povo não era conveniente. Assim, este ficou sem ler porque a censura sucedia-se a todos os níveis. Romance, novela, conto, poesia, ensaio, etc. tudo era controlado e, muitas vezes, retirado do mercado distribuidor. Quantos grandes escritores foram lidos clandestinamente. Além disso, só a gente das cidades tinha acesso a algumas obras proibidas. Mas, mesmo essa, precisava de ser amiga e da confiança do dono, ou dum empregado de alguma livraria. Mas as vilas, as aldeias, portanto o povo, não tinham sequer essa possibilidade. Não os deixar abrir os olhos era o fundamental. A leitura podia abrir-lhos e isso não se

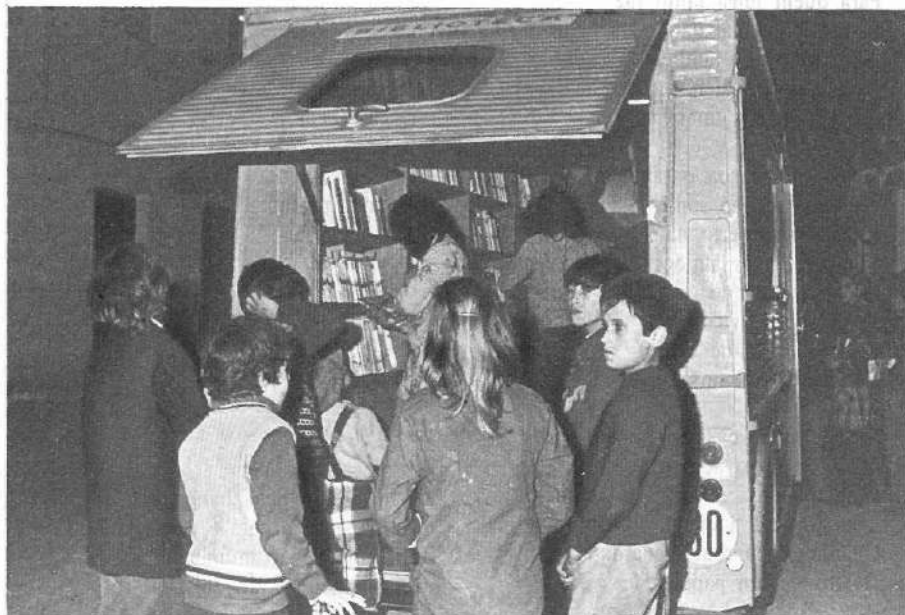


Alves Redol, escritor perseguido...

pretendia. Dezenas e dezenas de títulos foram retirados do mercado, logo após o seu aparecimento. Muitos dos nossos escritores viram as suas casas assaltadas e as suas obras apreendidas. Muitos deles passaram pelas prisões políticas e sofreram perseguições. O conteúdo das bibliotecas, quer fixas, quer itinerantes, era controlado; muitos dos livros postos à venda nas livrarias não tinham cabimento nas bibliotecas (ou, talvez o tivessem, mas sem constarem dos catálogos); assim se enganavam todos os que gostariam de ler, dando-lhes e impondo-lhes uma imagem errada e ultrapassada duma literatura riquíssima, quer em qualidade, quer em número de autores e de títulos publicados.

Tentaremos saber como estavam representados nas bibliotecas grandes es-

Mais de 2/3 das requisições nas bibliotecas da Fundação Gulbenkian são feitas por crianças



...pela PIDE

critores progressistas como Soeiro Pereira Gomes, Miguel Torga, Alves Redol, Mário Braga, José Cardoso Pires, Manuel da Fonseca, Luís de Sttau Monteiro, Bernardo Santareno, Augusto Abelaira, entre muitos, mas muitos outros, que irão sendo evocados nesta revista.

Procuraremos saber de grandes poetas do povo como António Aleixo, João Mansos, Joaquim Pardal, etc.

Porque é urgente que o povo conheça os seus escritores!

Porque é importante que o povo fale a sua voz!

Porque eles sempre quiseram falar, lutaram sempre para que os deixassem ser a voz e o «correio do povo»!

Porque um livro só se justifica se tiver como leitores todos aqueles para quem foi escrito!

JOSÉ AFONSO

o que faz falta é dar poder à malta



45 anos de idade, nascido em Aveiro. Infância em Angola e Moçambique. Liceu em Coimbra. Penúria económica. Actividade cantante ligada ao fado de Coimbra.

Professorado ao longo de 14 anos distribuídos por terras de província e por Moçambique.

O que faz falta foi cantado nos últimos anos do fascismo com intuito de agitação tal como as outras canções escolhidas, que correspondem à fase da luta antifascista dos últimos anos, em que o medo funcionava como o aliado

directo da repressão e era necessário provocar a todo o custo um sentimento de autoconfiança nas massas oprimidas.

É necessário que as massas populares readquiram a voz para que dela ressurgam os seus verdadeiros cantores e poetas. A luta antifascista foi apenas o início. Da luta contra a exploração capitalista sairão os verdadeiros artistas populares. A fábrica e os campos serão os verdadeiros cenários da arte popular.

JOSÉ AFONSO

CORO DOS TRIBUNAIS

Foram-se os bandos de chacais
Chegou a vez dos tribunais
Vão reunir o bom e o mau ladrão
Para votar sobre um caixão
Quando o inocente se abateu
Inda o morto não morreu
Quando o inocente se abateu
Inda o morto não morreu

A decisão do tribunal
É como a sombra do punhal
Vamos matar o justo que ali jaz
Para quem julga tanto faz
Já que o punhal não mata bem
A lei matemos também
Já que o punhal não mata bem
A lei matemos também

Soa o clarim soa o tambor
O morto já não sente a dor
Quando o deserto nada tem a dar
Vêm as águias almoçar
O tribunal dá de comer
Venham assassinos ver
O tribunal dá de comer
Venham assassinos ver

Se o criminoso se escondeu
Nada de novo aconteceu
A recompensa ao punho que matou
Uma fortuna a quem roubou
Guarda o teu roubo guarda-o bem
Dentro de um papel a lei

SÓ OUVE O BRADO DA TERRA

Só ouve o brado da terra
Quem dentro dela
Veio a nascer
Agora é que pinta o bago
Agora é qu'isto vai aquecer

Cala-te, ó clarim da morte,
Que a tua sorte
Não hei-de eu querer
Mal haja a noite assassina
E quem domina
Sem nos vencer

Cobrem-se os campos de gelo
Já não se ouve
O galo cantor
Andam os lobos à solta
Pega no teu
Cajado, pastor

Homem de costas vergadas
De unhas cravadas
Na pele a arder
É minha a tua canseira
Mas há quem queira
Ver-te sofrer

Anda ver o deus banqueiro
Que engana à hora e que rouba ao mês
Há milhões no mundo inteiro
O galinheiro é de dois ou três

O QUE FAZ FALTA

Quando a corja topa da janela
O que faz falta
Quando o pão que comes sabe a merda
O que faz falta

O que faz falta é avisar a malta
O que faz falta
O que faz falta é avisar a malta
O que faz falta

Quando nunca a noite foi dormida
O que faz falta
Quando a raiva nunca foi vencida
O que faz falta

O que faz falta é animar a malta
O que faz falta
O que faz falta é acordar a malta
O que faz falta

Quando nunca a infância teve infância
O que faz falta
Quando sabes que vai haver dança
O que faz falta

O que faz falta é animar a malta
O que faz falta
O que faz falta é empurrar a malta
O que faz falta

Quando um cão te morde uma canela
O que faz falta
Quando à esquina há sempre uma cabeça
O que faz falta

O que faz falta é animar a malta
O que faz falta
O que faz falta é empurrar a malta
O que faz falta

Quando um homem dorme na valeta
O que faz falta
Quando dizem que isto é tudo treta
O que faz falta

O que faz falta é agitar a malta
O que faz falta
O que faz falta é libertar a malta
O que faz falta

Se o patrão não vai com duas loas
O que faz falta
Se o fascista conspira na sombra
O que faz falta

O que faz falta é avisar a malta
O que faz falta
O que faz falta é dar poder à malta
O que faz falta

“As espingardas da mãe Carrar”

e a guerra civil de Espanha

A República foi proclamada em Espanha em 1931, após o derrube da ditadura do general Primo de Rivera. Constituiu-se então um Governo Provisório de republicanos e socialistas (apesar da forte oposição dos partidos de direita), que governou a Espanha até às eleições de 1936.

Com as eleições, o povo espanhol alcançou uma importante vitória, pois os partidos progressistas obtiveram uma maioria significativa. Nessa altura, o novo governo iniciou uma série de reformas sociais que originaram a oposição dos meios conservadores, sobretudo dos grandes proprietários rurais. A revolta, dirigida pelo general Franco, apoiada por alguns oficiais e financiada pelos monárquicos, pelos grandes senhores agrários e por um núcleo de políticos católicos, estalou em 1936, no Marrocos Espanhol, estendendo-se depois a toda a Espanha.

país eram impiedosamente entregues ao exército de Franco, que, após julgamento sumário, os fuzilava, na maior parte dos casos.

É nesta época que surge a peça de Brecht, «As espingardas da Mãe Carrar», peça de luta contra as forças reaccionárias, contra a opressão e a ditadura.

A acção situa-se numa pequena vila de pescadores, em plena guerra civil. A senhora Carrar é viúva e vive com os seus dois filhos. Perante a força da repressão, os rapazes querem integrar-se no exército popular e combater ao lado dos seus irmãos de classe. Mas a sra. Carrar, profundamente influenciada pelo pároco da aldeia, que representa a posição mais conservadora e reaccionária da Igreja, não consente que os seus filhos tomem parte na luta. Manobrada pelo padre, ela apenas vê o horror da guerra, não compreende que o seu povo, ao lutar, defende os seus legítimos direitos, defende a liberdade e a democracia.

Um dia, um dos filhos é varado pelas balas do exército dos generais. Perante a sua morte, a sra. Carrar toma finalmente consciência da opressão que se abate sobre o seu povo, e a luta adquire um novo significado, uma perspectiva de classe que até aí ela nunca sentira.

Então é ela própria que agarra nas espingardas que escondera e que incita ao combate o filho que lhe resta.

A escolha desta peça, que tem vindo a ser representada pela Casa da Comédia e pelo grupo de teatro amador de Mem Martins, tanto em Lisboa como noutros pontos do País, reflecte a preocupação de abordar temas que o fascismo teve o cuidado de escamotear, a fim de não dar a verdadeira imagem da sua política.

A partir do dia 22 deste mês, a Casa da Comédia, em colaboração com a

FNAT, dará uma série de espectáculos em vários pontos da margem sul do Tejo, e a 30 e 31 deste mês e 1 e 2 de Abril, a peça será representada no Porto. Mais tarde far-se-á uma digressão por todo o Norte do País, região em grande parte influenciada por um clero tão conservador como o padre da peça, cujo papel na vida das populações, sobretudo as rurais, tem sido, quantas vezes, reaccionário.

UM POEMA DE BERTOLD BRECHT

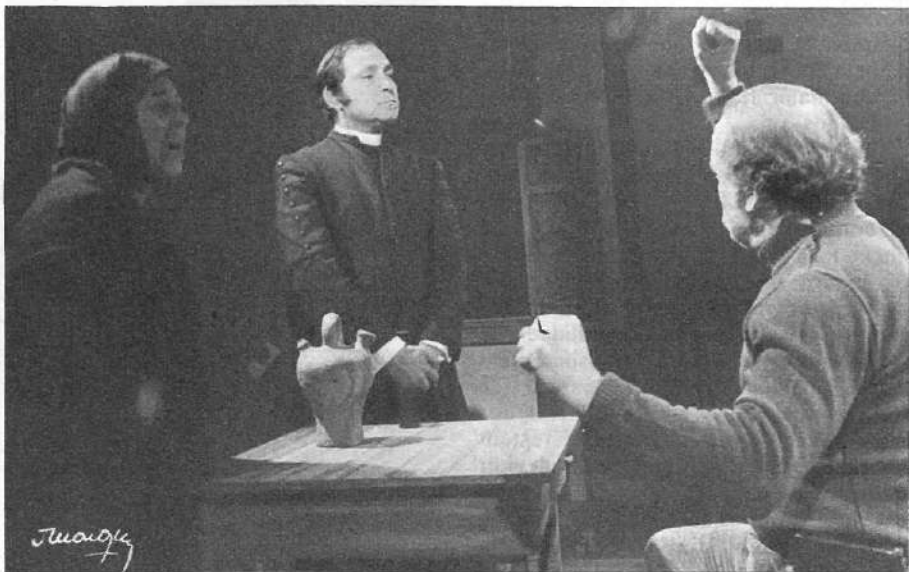
É belo
tomar a palavra na luta de classe,
com voz poderosa
chamar as massas para o combate,
para pisar os opressores
e libertar os oprimidos.
Difícil mas profícuo
é o modesto trabalho quotidiano,
o silencioso e tenaz apertar dos nós
da rede do partido,
frente às armas apontadas
dos capitalistas.
Falar, mas
ocultar quem fala.
Vencer, mas
ocultar quem vence.
Morrer, mas
ocultar a morte.
Todos estão prontos a muito fazer
para volverem famosos.
Quantos, porém, fariam algo
aceitando o silêncio?
Mas, na mesa pobre a honra é conviva;
da pequena e mísera cabana
sai livremente a grandeza.
E o renome busca em vão
quem o grande feito realizou.
Mostrai-vos por um instante,
rostos ocultos, rostos desconhecidos,
e recebei o nosso muito obrigado!



Começou então a guerra civil; o exército republicano em breve se transformou num autêntico exército popular, apoiado pelas brigadas internacionais, lutando corajosamente contra a opressão e defendendo a liberdade e o socialismo.

Mas as forças do general Franco tiveram o apoio de Hitler e, por outro lado, as brigadas de apoio ao exército republicano acabaram por retirar, obedecendo a um plano de não intervenção internacional.

O Governo português de Salazar deu uma ajuda importante à contra-revolução, através do fornecimento de víveres e da criação de forças de voluntários, que combateram ao lado das tropas de Franco. Os republicanos espanhóis que se refugiavam no nosso



JERÓNIMO BOSCH e os pintores dos nossos dias

Jerónimo Bosch, pintor de escola flamenga, nasceu em Bois-le-Duc, Bélgica, entre 1450 e 1455, tendo morrido em 1516. Da sua vida pouco se sabe, para além de que viveu muito tempo na corte de Carlos V, em Espanha. Católico, membro da Confraria de Nossa Senhora, pintava sobretudo sátiras contra dignitários do clero, procurando contudo mostrar as boas influências de Deus no mundo e a maneira como os homens as deturpavam. Dele se pode dizer que as obras exprimiam a alma popular numa época de pintura aristocrática e burguesa.

O Museu Nacional de Arte Antiga (em Lisboa) promove, até fins de Março, uma exposição em que, a par da obra de Jerónimo Bosch «As tentações de Santo Antão», se apresentam obras de artistas portugueses: 55 peças de artistas do nosso tempo, relacionadas de uma maneira ou de outra com a obra do grande pintor flamengo.

Como se diz no catálogo: «Esta iniciativa esteve sempre aberta a quem nela quisesse participar e nesse sentido foram contactados algumas dezenas de artistas. Foram desde início abolidas quaisquer ideias de selecção. Esta exposição é pois da responsabilidade de quantos a levaram até ao fim e nela actualmente colaboram com trabalhos, na sua maioria, para ela expressamente realizados».

O mérito desta iniciativa levou-nos a falar com os responsáveis do museu, sobre a possibilidade de a exposição percorrer o País, mantendo-se aberta a quem nela quisesse participar. Embora o quadro de Bosch não se possa deslocar devido aos riscos de danificação, foi-nos falado na possibilidade de ser feita uma reprodução transparente a cores, em tamanho natural, para o que seria contactada a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais. Quanto às restantes obras, compete aos artistas decidir do interesse para eles, dessa iniciativa.

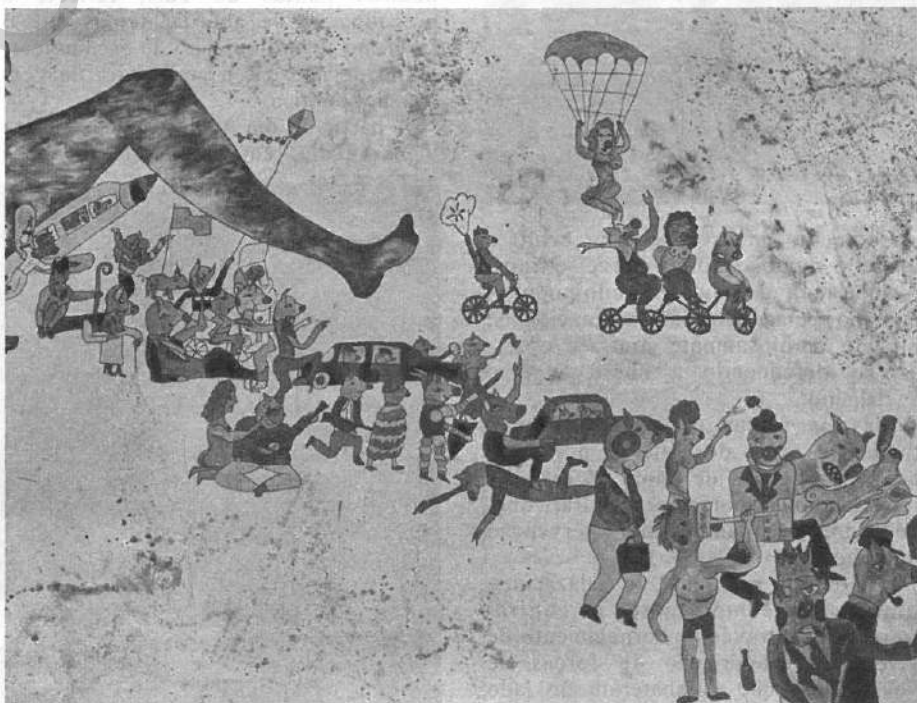
«Museu que não arrisca é museu morto», como diz o catálogo da exposição...



Tentações de Santo Antão (painel central)

«A diferença entre o trabalho deste homem e dos outros consiste, em minha opinião, no facto que os outros tentam pintar os homens tais como aparecem do exterior, enquanto ele tem coragem de pintá-los tais como são do interior».

J. de Sigüenza na Terceira parte da História da Ordem de São Jerónimo, 1605.



Tal como esta obra de Alice da Silva Filipe, outras obras de artistas, por esse país fora, se poderiam juntar à exposição

2-Cultura

Ao longo da história o homem português (e não só...) foi construindo o seu mundo e de igual modo foi modelando a sua mentalidade no sentido de desenvolver as suas diferentes aptidões e diferentes capacidades para se inserir no meio ambiente, conquistando o seu pão, a sua casa e a sua família, e ainda

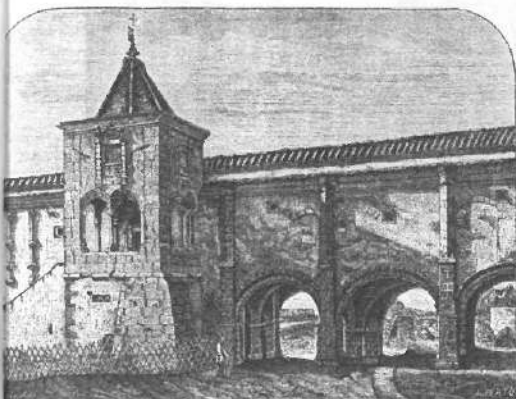
nem piores apenas diferentes, consoante surgiu nas áreas urbanizadas da cidade, feitas por reis e senhores da aristocracia, feita por poderosos burgueses e tal como surgiu nas áreas afastadas da capital feita à mão pelo homem do campo.

De facto os diferentes materiais acabam por condicionar as diferentes técnicas de construção e de algum modo também acabam por condicionar a expressão final da obra realizada que aparece com uma imagem diferente de região para região sem que contudo

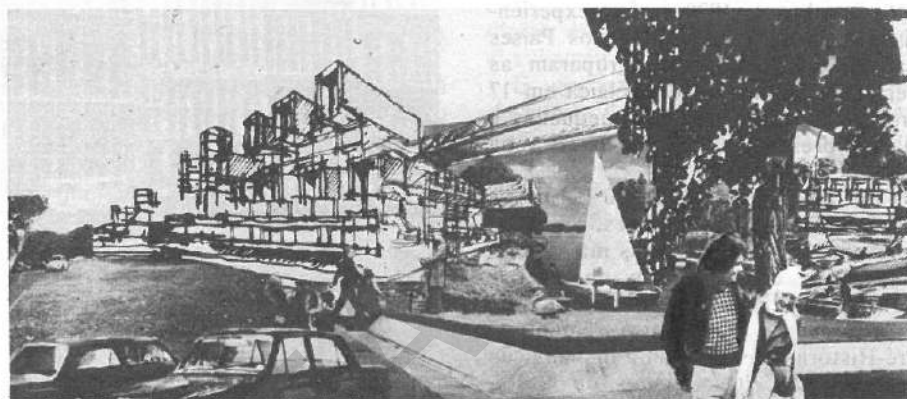
ditos do seu labor foram surgindo ao longo dos séculos, tendo um peso tão grande que em muitos casos se pensou serem os mais fortes e os únicos.

Estão nesta posição os diferentes edifícios que foram destinados ao culto, por exemplo as igrejas, cuja vida na memória dos portugueses é remota e vem-nos desde o nascimento da nacionalidade.

De facto foram monumentos como as Igrejas do Norte do País, a Sé de Lisboa e a do Porto por exemplo que ajudaram a que se pensasse que a



Ao longo da História...



...até aos nossos dias

um prolongamento desta funcionalidade nascente que é constituído por um gosto, um especial modo de intervir e por assim dizer uma totalidade de carácter, que passando pelos diferentes objectos, utensílios e casa, poderá de modo rigoroso e honesto ser considerada uma Cultura.

É dentro deste quadro de considerações sobre o homem e o seu modo de agir sobre o mundo, que surge uma das principais preocupações humanas — a casa — e de igual modo as suas diferentes formas que como tivemos ocasião de referir em situação anterior (número 1 da revista), são basicamente diferenciadas consoante as regiões em que se vive na medida em que têm por base os materiais naturais. Temos por base os materiais que o homem encontra ao alcance da mão e fazem parte da imagem que ele tem da natureza.

Assim os materiais mais fortemente utilizados na elaboração do abrigo que a casa constitui são os diferentes tipos de rocha e que na linguagem fácil do dia-a-dia se vulgarizam com o nome de pedra, que tem ao longo dos anos sido a grande auxiliar na construção do mundo português.

Veremos com particular incidência neste pormenor o do emprego dos materiais e das técnicas, ao longo das nossas pequenas viagens pela arquitectura da nossa terra, que ela teve expressões diferentes, nem melhores

haja um menor portuguesismo ou uma menor qualidade.

As zonas nas quais surge definindo-se, uma feição muito própria da arquitectura muito raramente coincidem com as fronteiras dos países, poder-se-á dizer, pelos motivos atrás apontados de relação do homem com o seu ambiente geográfico.

São as raízes mais fundas que ligam o homem à terra que justificam que as expressões arquitectónicas sejam anteriores à construção do limite do País, das suas fronteiras.

Estas não passam de criações artificiais, derivadas do acaso de uma guerra, da manutenção de uma ideia que nada tem a ver com a natureza do solo, com o clima, com a vegetação e com a alma, que são os verdadeiros motores da construção da arquitectura e da expressão da comunicação do homem.

Contudo não podemos ignorar que se as diferentes consciências cívicas e políticas que se tornam básicas para a manutenção da existência das nações, influenciam a expressão dos edifícios, no entanto fazem-no de forma mais marcada nos edifícios de regiões onde a especulação intelectual mais se fez sentir, do que nas áreas onde as condições naturais se impõem duma maneira mais decisiva.

Para além de todo o acordo que houve sempre entre o homem e o ambiente que o enquadra, outros pro-

ductos do seu labor foram surgindo ao longo dos séculos, tendo um peso tão grande que em muitos casos se pensou serem os mais fortes e os únicos.

Embora nelas se veja com maior clareza o emprego da técnica, e aquilo que se poderá chamar o génio, não são as únicas produções que atestam a vivência de um povo. Impõe-se deste modo, que a população que vive nos meios rurais, em casas que necessitam de um índice de conforto mais elevado, e portanto carecendo de algumas intervenções no sentido de as melhorar tenha a consciência que não pode (ou não deve...) anular pura e simplesmente a sua habitação para a substituir por uma outra «à moda da cidade», na medida em que está desse modo a anular um valor cultural seguro, que corresponde a um lento acumular de atitudes humanas, trocando-o por um valor altamente equívoco como o será uma casa feita, tendo por base razões como as que presidem às casas que se constroem em meios rurais por pessoas que já lá não vivem.

Há assim um lugar próprio na História da Cultura Arquitectónica para cada uma das diferentes situações, quer sejam as Casas Rurais, as Casas Urbanas, ou os chamados Monumentos e o seu esclarecimento será talvez o esforço verdadeiramente válido, que nós tentaremos levar a cabo ao longo destes pequenos escritos.

TOMAZ TAVEIRA

BÉLGICA

ponto de encontro entre o sul e o norte

A Bélgica, reino independente desde 4 de Outubro de 1830, após a experiência gorada do Reino Unido dos Países Baixos, sob o qual se agruparam as Terras da Holanda e da Bélgica em 17 províncias, é um dos mais pequenos e mais florescentes países da Europa norte-occidental.

Com uma superfície de 30 154 km² e cerca de 9 500 000 habitantes, a Bélgica apresenta-se como uma das mais fortes densidades de população de toda a Europa (318 habitantes por km²).

A povoação da Bélgica remonta à Pré-História mas foi com a implantação dos Povos Celtas, vindos de Leste, entre os quais se contavam os Belgas, que o país iniciou a sua História. Ocupada pelos Romanos, foi com Júlio César mais uma província do Império.

Província que nunca deixou de manifestar abertamente uma resistência cultural e militar aos ocupantes, hoje ainda bem viva na existência de duas línguas de origem diversa: o francês-valão e o neerlandês.

A configuração geográfica da Bélgica predestinou-a a ser, desde os tempos mais remotos, um centro difusor de comércio, de navegação e de teorias científicas e culturais com o resto da Europa e do Mundo. O porto de Antuérpia (Anvers) situado na foz do rio Escalda é o terceiro do Mundo, acostando a ele mais de 19 000 navios por ano.

Dentre as matérias-primas mais im-



Grand'Place de Antuérpia

portantes da Bélgica, salienta-se o carvão — produção de 13 milhões de toneladas, o que representa 7,5% da produção total da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. É também muito importante a indústria vidreira belga e a produção de cimento e outros materiais de construção de alta qualidade.

A capital da Bélgica é Bruxelas, com mais de um milhão de habitantes e as cidades mais importantes que se lhe seguem são Antuérpia com 673 000, Liège com 444 000, Charleroi com 216 000 e Gand com 226 000.

As duas comunidades humanas mais importantes são a flamenga (5 433 000 habitantes) e a valona, de língua francesa, 3 125 000.

As indústrias de transformação (manufaturas) são as mais produtivas do país, ocupando 1 276 000 trabalhadores,

se não contarmos com o sector de serviços públicos, comércio e bancos: 1 639 000.

A Bélgica tem-se caracterizado no plano internacional por uma posição neutral, que foi no entanto violada por alemães e francos nas duas grandes guerras.

Um dos aspectos mais surpreendentes e dignos de nota para quem viaja na Bélgica é, sem dúvida, a profusão de monumentos, edifícios e peças arquitectónicas de grande beleza. Nesse capítulo, Bruxelas, Gand, Charleroi são verdadeiras cidades-museus, com os seus edifícios públicos de admirável traço gótico e baixo-gótico (flamejante) e as construções religiosas do baixo-romântico que se disseminam por todo o território.

A Bélgica, país de planícies e de grandes colinas, só interrompidas aqui e além por pequenos montes, é uma terra pacífica, verde e loura, repouante e civilizada, de sério nível cultural e de notáveis realizações científicas e sociais.

A agricultura e a produção pecuária ocupam um lugar ainda de relevo no meio do alto padrão industrial das grandes cidades portuárias.

Ponto de encontro entre a cultura latina e a cultura dos povos do Norte, a Bélgica tem conseguido, desde o início do século passado, ser a imagem de uma Europa multirracial onde, para além de conflitos ainda não resolvidos — caso dos idiomas — se conciliam justiça e liberdade, convivência cultural e capacidade de grandes realizações técnicas.

JOSÉ CARLOS GONZALEZ



Bélgica: terra pacífica e industrial

LIBERDADE OU MORTE!

Muitas vezes haveria de ressoar este grito simbólico na história da gente... Para nosso escarmento e nossa infelicidade, muitas vezes a morte saiu vitoriosa do confronto entre tirania e liberdade. Acontece que nem sempre as forças da Revolução encontraram alento e protecção entre as desabaladas forças do nosso povo. Uma longa e tenebrosa noite atravessou o céu deste país desde que aqui se instaurou, por determinação de João III, o tribunal do Santo Ofício. Se até aí as coisas não corriam de feição para os progressistas, de então em diante a nossa terra vai ser varrida por uma vaga de terrorismo religioso, cultural e racista que cercará o diminuto efectivo intelectual do país num campo de concentração só comparável aos que o nazi-fascismo instalou no mundo, desde o advento do chanceler Hitler.

Com efeito, as causas da nossa decadência económica, social e científica, originadas na expansão militarista levada a cabo no Mundo pela nobreza senhorialista, acentuam-se desmedidamente com a ditadura de classe imposta pelo «santo tribunal». A burguesia, que ainda no tempo de João I representara importante facção das forças produtivas nacionais, perde por completo as suas posições, só tornando a influenciar o sentido da história com as primeiras vitórias do liberalismo, em 1820, em 1834 e 1836. Entretanto, havia-se perdido aquele sentimento de liberdade que animara o tanoeiro partidário do Mestre de Avis ao gritar a sua indiscutível independência por este modo bem popular: — «eu só tenho esta gorja para perder!»

Quería ele dizer na sua que ou ganhava a liberdade ou sacrificava a única coisa que lhe restava de seu, o pescoço. O bom do artífice sabia claramente do que tratava. Ou os artesãos e a arraia miúda do povo de Lisboa se batiam pela independência nacional contra os espanhóis e nobreza bandeada com o inimigo, ou os esperava a força como argumento final. Havia ainda a terceira saída que consistia em «não fazer ondas», ou seja, recolher a penas e guardar o chuço no baú. Muitos o fizeram. Muitos o farão através da história — o que é um erro de palmatória.

Algumas vezes mesmo o povo alinhará, por ignorância e falta de vigilância cívica, em empresas cruéis, brutais e bem contra os seus interesses. É o caso

da caça ao judeu e ao hereje que o terrível Tribunal do Santo Ofício decretava durante cerca de duzentos e cinquenta anos. Juntamente com a ladaíña dos padres reaccionários, e o aparato dos grandes dramas colectivos, se berrou nas ruas e nas praças contra as herejas, que o mesmo é dizer contra os que não suportavam a ditadura obscurantista que a nobreza cavaleiresca, aliada ao clero possessivo, senhor de privilégios e terras, implantara em Portugal. E é efectivamente o braço popular, a gente trabalhadora, o explorado, que, fazendo o jogo dos reaccionários, berra numa fúria demente:

— Faça-se a barba ao cão! Faça-se a barba ao cão!

O cão era o desgraçado condenado a fogueira purificadora do Tribunal do Santo Ofício. Uma instituição que contava com o apoio da nobreza e senhorio que então vivia de privilégios da corte, das instituições de fisco, das alcavalas que pesavam sobre o trabalho



SANTO OFÍCIO: difícil era não falar...

nacional. Uma instituição que se infiltrou de tal maneira no corpo da nação que raro era o Dom ou Nobre que não fosse «familiar», isto é, agente de informação, membro activo ou funcionário dela. Fosse como fosse, até às invasões francesas, a nossa terra e a nossa gente vive em pleno obscurantismo, numa situação mental e psicológica muito afim da apatia política e social. Os nobres ou seguiam os seus postos na carreira colonial, em especial no Brasil e na Índia angariando honrarias e fazendas, ou viviam da exploração desenfreada de camponeses e rendeiros. Os campos pertenciam, de facto, às ordens religiosas e à nobreza terratenente. Indústria existia apenas aquela que o Marquês de Pombal tentara desenvolver no país e, assim mesmo, em regime de privilégio, como mandava um estado habituado a dominar as

forças sociais pela violência ou pela compra das consciências. Como a consciência do povo não estava à venda restava a da classe dominante. Por isso quem seguia a carreira das armas, a carreira religiosa ou da administração pública era precisamente o que odiava a liberdade civil.

Quando o exército de Napoleão Bonaparte invade o país pela primeira vez em 1807 o povo estava completamente esquecido de lutar pela independência e liberdade. Mas com o desenvolvimento da luta em volta dos exércitos lusobritânicos, durante as segunda e terceira invasões (1809 e 1810), as tradições da perda liberdade renovam-se e avançam.

É, portanto, na aprendizagem diária da guerra de libertação, nas guerrilhas, nos conselhos de povos e aldeias, que os trabalhadores cobram consciência da sua antiga servidão e se vão ganhando adeptos para a causa do liberalismo que, nessa época, representava a ideo-

logia mais progressiva do país. A corte que se refugiara no Brasil, abandonando Portugal na hora de perigo, perdia prestígio e ganhava adversários, começando nesse período a ideia republicana a afundar as suas primeiras e débeis raízes. Ideia porém que haveria de se impôr quando a Monarquia e a Casa de Bragança, completamente desacreditadas, perdiam os seus últimos adeptos entre nós.

Mas não foi apenas a ideia de república a consequência imediata da guerra de libertação contra os invasores franceses. Já se viu como o povo aldeão e das pequenas cidades vai aprendendo a distinguir tirania de liberdade. Uma das consequências de maior vulto é, sem dúvida, a alteração de forças que se dá no seio do exército português. Até às invasões, o exército fora essencialmente um meio de represen-

são, uma forma punitiva do aparelho do estado. Iam para soldados os condenados e toda a sorte de gente à margem da sociedade. Estes bandos eram contidos pela violência e por um conceito de corpo militar que fazia do exército uma máquina temida pela população. Os oficiais que se afastavam desta ideia de disciplina e se convertiam à ideia de liberdade eram, na generalidade, expulsos ou presos. A carreira militar consistia, portanto, num modo de vida que se cifrava na ajuda permanente ao aparelho de estado e às classes parasitárias que dele viviam à tripa forra. Mas a partir da guerra de libertação, do contacto com as doutrinas francesas originárias da Revolução, do convívio com as camadas burguesas empenhadas em substituir o feudalismo pelo modo de produção industrial e comercial, da ligação profunda às massas populares revivida na guerra justa contra o invasor, os nossos militares sofrem uma importante modificação de consciência. Pela primeira vez o soldado, o sargento e o oficial compreendem que o seu

gal. É também o ponto de arranque das aspirações burguesas e populares. Neste ano trágico para os homens progressistas começa a autêntica luta de libertação portuguesa. Não admira que tal luta tenha sido encabeçada por militares e sustentada fortemente pela burguesia do Norte. O peso da guerra de libertação apoiava-se num exército em linha de batalha e fora inicialmente do norte o teatro dos principais acontecimentos da luta contra os franceses. Com a entrega do poder político e militar ao inglês Beresford os nossos militares sofriam o vexame de se verem inteiramente governados por estrangeiros, numa terra habitualmente sacrificada aos caprichos das classes dirigentes. O general Gomes Freire de Andrade reunia, além do seu renome militar alcançado nas guerras da Europa, o facto de ser o indigitado grão-mestre da Maçonaria. Por isso os conspiradores, associados nas lojas maçónicas e noutras sociedades secretas, procuraram o prestigioso militar para chefiar a revolta que conduziria o país à sua antiga

1820, alvorada da Liberdade

Os liberais e patriotas portugueses não desistiram da luta. Um ano depois, em 1818, formava-se uma junta revolucionária que a si própria se designava pelo nome de Sinédrio, palavra que em grego quer dizer assembleia. De facto, tratava-se de uma verdadeira assembleia de democratas funcionando na cidade do Porto sob a presidência de Manuel Fernandes Tomás, desembargador da Relação daquela cidade e homem de grande sabedoria, bom senso e alta cultura jurídica. No Sinédrio se inscreveram personalidades ligadas a várias actividades sociais: advogados, médicos militares, comerciantes, oficiais comandantes de regimentos e até o comandante da polícia José Pereira da Silva Leite de Berredo. Outros participantes que haveriam de pesar no triunfo da revolução vintista (24 de Agosto de 1820): José Ferreira Borges, advogado da Relação do Porto e secretário da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, José da Silva Carvalho, juiz dos órfãos, José Maria Lopes Carneiro, Dr. Francisco Gomes da Silva, médico militar, José de Melo de Castro e Abreu, coronel das milícias do Porto, Bernardo Correia da Costa e Sepúlveda, comandante de Infantaria 18.

Esta sociedade revolucionária reunia-se, mensalmente, em um jantar na Foz no qual se davam informações sobre o estado da opinião pública, sobre a marcha dos acontecimentos políticos, se observavam as notícias oriundas da vizinha Espanha, onde o processo revolucionário parecia mais adiantado do que o nosso e, naturalmente, se traçava a linha de conduta dos membros da organização. Sobretudo, requeria-se inteira fidelidade aos princípios e à segurança individual. Na verdade, o governo de Beresford lançava os seus esbirros por toda a parte.

Manuel Fernandes Tomás visitara Lisboa com o fito de tomar o pulso à situação. Verificou que o governo se preparava para actuar começando precisamente por transferir unidades militares a fim de desarticular o movimento. A revolta da Galiza e a proclamação da Constituição democrática de Cadiz em Espanha, veio trazer aos nossos revolucionários um motivo para a imediata actuação.

Entretanto, cumpre reconhecer que o Sinédrio, independentemente dos acontecimentos espanhóis, ampliara o seu campo de acção durante o ano de 1820. A entrada para o grupo de conspiradores do brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca, que controlava o poder militar de Trás-os-Montes, veio animar ainda mais os organizadores da revolução. Outras importantes adesões se verificaram no exército. No início de

(Cont. na pág. 32)



FERNANDES TCMÁS — chefe da revolução de 1820



FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS ou a Igreja progressista

papel não é repressivo. Aí se verifica também pela primeira vez na moderna história a *aliança entre as forças armadas e o povo*. A acção libertadora vai ser particularmente significativa nos primeiros gritos da liberdade moderna: é um general uma das vítimas da repressão de 1817, são também oficiais que entusiasticamente se juntam ao movimento civil do Sinédrio, organização revolucionária que prepara a insurreição militar de 1818 a 1820.

A conspiração de 1817: Vence a morte!

A conspiração militar de Gomes Freire de Andrade, embora se salde por uma tremenda derrota, constitui o limite das forças conservadoras em Portu-

soberania e à instauração das liberdades públicas.

A traição de um dos conjurados, o capitão de Infantaria 10, José de Andrade Corvo de Camões, mestre da loja «Virtude» deu as desejadas informações ao governo. Por ironia, este mestre da «Virtude» deitou tudo a perder. Os principais conjurados foram presos, julgados e condenados a pesadas penas, desde a forca ao exílio. Gomes Freire foi enforcado em frente da torre de S. Julião da Barra e os outros conspiradores, de mais pronunciada responsabilidade, executados no antigo Campo de Santana, hoje conhecido pelo Campo dos Mártires da Pátria.

Assim se saldava a primeira tentativa para a implantação do Portugal Moderno. A liberdade fora vencida pela morte...

INFLAÇÃO

até que ponto são justos os preços que pagamos?

Há muitos meses que era aguardada a saída do PROGRAMA ECONÓMICO E SOCIAL que vários ministros preparavam, com vista a dar a conhecer ao povo português o que é que o Governo pensa dever ser feito quanto aos problemas económicos e sociais do País, tendo em consideração a mudança de objectivos da vida portuguesa após o 25 de ABRIL. Finalmente esse Programa foi dado a conhecer na última semana de Fevereiro.

Tem havido várias críticas quanto à pouca publicidade que, segundo alguns, tem sido dada a esse Programa. Sem dar opinião quanto a isso, lembramos, porém, que o ministro Melo Antunes, um dos que fez tal Programa, já afirmou que «ele só valerá de facto se merecer a confiança dos Portugueses».

Esta «confiança dos Portugueses» não se pretende cega. Pelo contrário, exige que todos tenhamos ideias tão claras quanto possível do que diz esse Programa.

Para isso há que lê-lo e mais ainda que percebê-lo.

Competirá aos órgãos da informação - TODOS - explicar as medidas previstas em linguagem acessível a toda a gente. Impõe-se aos partidos políticos, através das suas organizações regionais levar a discussão do Programa até as nossas mais pequenas vilas e aldeias, pois nele se dizem coisas que interessam a todos nós. É dessa discussão e das críticas que daí surjam que se pretendem receber as sugestões de alterações a que tal Programa terá e deverá ser sujeito, as quais serão igualmente a garantia de que o Povo está interessado em o levar avante.

Dentro do nosso objectivo já anteriormente afirmado de divulgar conceitos económicos, abordámos hoje um tema da maior actualidade no nosso país e que sendo expressamente referido no Programa Económico e Social nos pareceu oportuno.

É rara hoje a pessoa que não ouviu já falar em «inflação».

Dizer o que ela é talvez seja difícil para o homem comum, tanto mais que mesmo entre os técnicos não faltam as divergências.

Das muitas definições possíveis referimos aquela que diz ser a inflação a «subida geral e persistente dos preços».

Poder-se-á dizer não ser uma definição de «técnico», e isso porque não recorre a expressões complicadas, antes referindo uma coisa que é sensível a todos nós no dia-a-dia — o aumento dos preços.

Uma vez verificado um facto interessa compreendê-lo. Assim qualquer pessoa em face da inflação quer saber quais as suas causas, quais os efeitos e como combatê-la.

Em termos simples pode dizer-se que a inflação é causada por um desequilíbrio entre a quantidade de «dinheiro» (em sentido amplo) e a quantidade de produtos comerciáveis. Esse desequilíbrio não aparece porém por simples acaso, sendo antes o sintoma de um desequilíbrio mais profundo da economia como um todo.

Em economias capitalistas, chamadas

economias de mercado, tal como aquela em que vivemos, um exemplo simples poderá fazer compreender uma das muitas situações que causam aqueles desequilíbrios.

Pensemos numa fábrica de adubos. Imaginemos uma fábrica de pastilhas elásticas. Será que ambas fabricam produtos necessários às pessoas? O preço dos adubos é actualmente bastante elevado. Pois, talvez esse preço pudesse ser mais baixo se o capital investido na fábrica de pastilhas elásticas tivesse sido aplicado a fazer mais uma fábrica de adubos ou de outros artigos necessários, e se os trabalhadores daquela fábrica de inutilidades estivessem a trabalhar noutras que produ-

zissem coisas essenciais a vida de todos os dias.

Das consequências da inflação todos temos conhecimento. Quando um trabalhador consegue melhorar o seu salário de 2 contos para 4 contos diz-se que passou a viver melhor. Mas se entretanto as coisas que precisa de comprar para o seu sustento também aumentaram para o dobro, na realidade ele ficou na mesma situação ou talvez pior.

A quantidade de coisas que se pode comprar com o salário, chama-se «o poder de compra». Ao salário expresso pelo «poder de compra» chama-se «salário real».

Mas nem toda a gente suporta da mesma maneira as consequências da inflação.

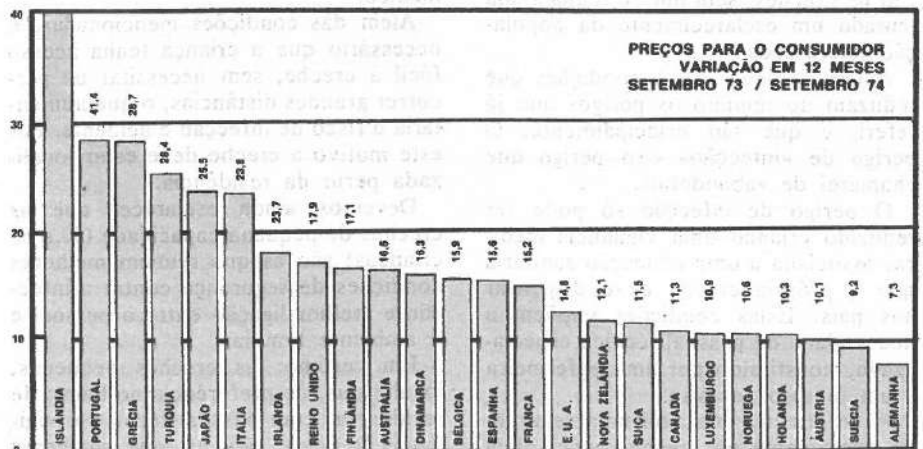
Todos sabemos que de um dia para o outro os preços aparecem aumentados nas lojas, sem que para conseguir isso as empresas tenham grandes problemas. Naturalmente que o pequeno comerciante ou industrial tem dificuldades em aumentar os seus preços, pois a clientela logo pode fugir para a loja do lado. Já o caso das grandes empresas, em especial daquelas que têm pouca concorrência nos seus produtos ou na sua zona, é completamente diferente. Se resolvem aumentar o preço, os compradores só têm duas alternativas — pagar o preço pedido ou não comprar. E há muitas coisas que não podem deixar de se comprar...

Mas bem sabemos que para os trabalhadores obterem um aumento de salários, por vezes nem muitas semanas de discussão chegam para o conseguirem.

Ora aqui está a razão porque a inflação é considerada pelo capitalismo como um mal necessário, e em boa medida favorecida pelas classes dirigentes. Na realidade, enquanto é fácil conseguir aumentar os preços dos produtos, é difícil e demorado conseguir o aumento dos salários. E quem ganha entretanto? Claro que não é o trabalhador.

Daí que se procure apresentar a

(Cont. na pág. 32)



CRECHES

2 - Um problema de assistência materno-infantil

Antes da última guerra pouca experiência havia sobre creches.

A reconstrução da Europa, no pós-guerra, mobilizou a mão-de-obra feminina e, podemos afirmar, que, em maior ou menor grau, desde então por toda a parte se começou a fazer sentir a necessidade de creches.

Em 1960 reuniu-se em França o 1.º Seminário sobre Creches, organizado pelo Centro Internacional da Infância (UNICEF) que contou com a colaboração de muitos países, como por exemplo: França, Suécia, Bélgica, Inglaterra, Polónia, Checoslováquia, Bulgária, Canadá, Itália, Suíça, etc.

Os países socialistas de leste foram os que contribuíram com maior experiência, pois já possuíam organizações de creches antes da guerra.

O problema foi estudado nos seus múltiplos aspectos e analisados os erros cometidos até à data, nas soluções tomadas nos vários países.

As conclusões que saíram deste Seminário podem ser consideradas hoje como condições indispensáveis ao bom funcionamento das creches. Para atender a estas condições, as creches deverão estar integradas em estruturas, variáveis de países para países, consoante a política económico-social do mesmo.

É das condições fundamentais, para um bom serviço que a creche tem que oferecer à criança, que me parece oportuno falar, numa altura em que, no nosso país, se assiste a uma reivindicação de creches, sem que se tenha ainda tentado um esclarecimento da população interessada.

A creche deve reunir condições que reduzam ao mínimo os perigos que já referi, e que são principalmente: O perigo de «infecção» e o perigo que chamarei de «abandono».

O perigo de infecção só pode ser reduzido criando uma vigilância médica, associada a uma educação sanitária que a própria creche deve dispensar aos pais. Estas condições impõem a necessidade de pessoal técnico especializado, constituído por uma enfermeira e um médico pediatra.

A enfermeira constitui uma segurança permanente na creche, onde, além

das funções de educadora sanitária dos pais, já referida, fará a educação permanente do pessoal vigilante, integrando-o no seu trabalho e dando-lhe o apoio da sua especialização. Ela deve estar presente, diariamente, à chegada das crianças, porque só ela pode avaliar a importância que têm algumas observações feitas pelos pais, em relação ao estado do bebé. A enfermeira é quem deve fazer a primeira avaliação do estado de saúde do bebé, promover o afastamento, chamar o pediatra, se achar conveniente. É ela quem pode tomar medidas imediatas, em caso de acidente ou doença súbita.

Ao médico pediatra cabe, em colaboração com a enfermeira, a educação sanitária do pessoal e dos pais. Para avaliar o estado de saúde e desenvolvimento da criança, o médico terá de fazer, não só a inspecção de admissão, mas ainda inspecções periódicas. Assim pelo controlar o trabalho da creche e garantir o máximo de protecção para a criança: verificará as vacinações, controlará dietas e inspecionará o ambiente. O estado de saúde do pessoal terá

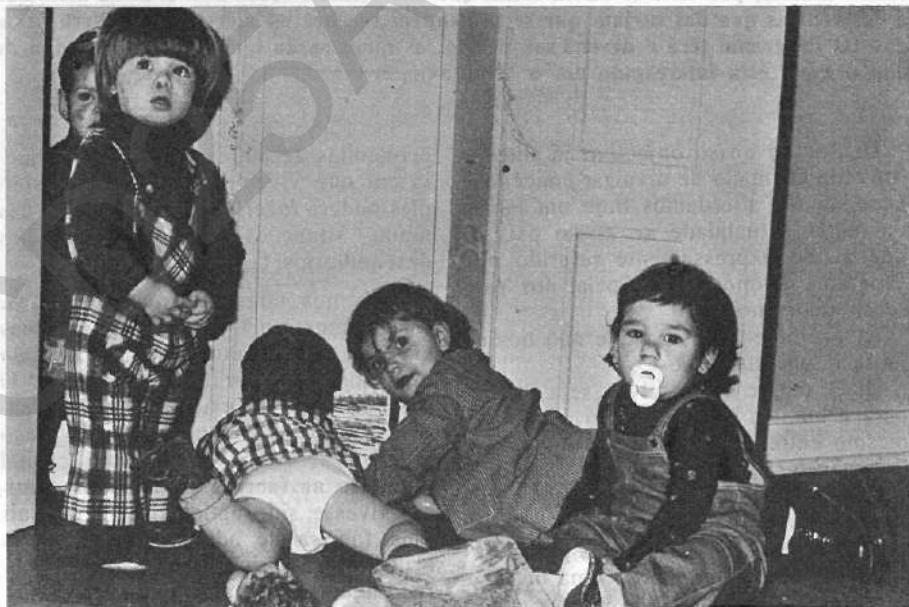
garantias dão na prevenção das infecções.

O perigo de «abandono», que pode impedir o normal desenvolvimento psico-motor da criança, necessita de pessoal em qualidade e quantidade.

Já no 1.º Seminário sobre Creches, em 1960, se calculou como desejável a existência de uma vigilante por cada 5 crianças de berço. Este pessoal tem grande importância, não só na prestação dos cuidados de higiene (alimentação e limpeza) mas também na ajuda a prestar ao bebé na sua necessidade de movimento e carinho.

Além da quantidade, há que atender à qualidade e criar programas que possam formar pessoal para esta profissão. Presentemente não há qualquer curso criado para este pessoal, estando a sua preparação apenas dependente do médico e da enfermeira, quando estes existem.

Para o bom funcionamento da creche exigem-se, naturalmente, instalações adequadas que devem dispor de salas arejadas e com luz, bem como de zonas verdes, onde as crianças possam



de merecer particular atenção do médico.

Além das condições mencionadas, é necessário que a criança tenha acesso fácil à creche, sem necessitar de percorrer grandes distâncias, o que aumentaria o risco de infecção e acidente. Por este motivo a creche deve estar localizada perto da residência.

Devemos ainda esclarecer que as creches de pequena capacidade (50 a 60 crianças) são as que reúnem melhores condições de segurança contra a infecção e melhor ligação entre o pessoal e o ambiente familiar.

Em resumo: as creches pequenas, localizadas, de preferência no bairro de residência, com pessoal técnico e vigilância médica são as que melhores

brincar ao ar livre e beneficiar da exposição ao sol. As salas de berço e dormitórios devem ter cores alegres e não ser tão grandes que não permitam criar condições de repouso. Toda a creche que pelo seu aspecto, pela arrumação das crianças e pelo seu movimento nos faça lembrar um hospital, deve ser encarado com reservas quanto à eficiência da sua função.

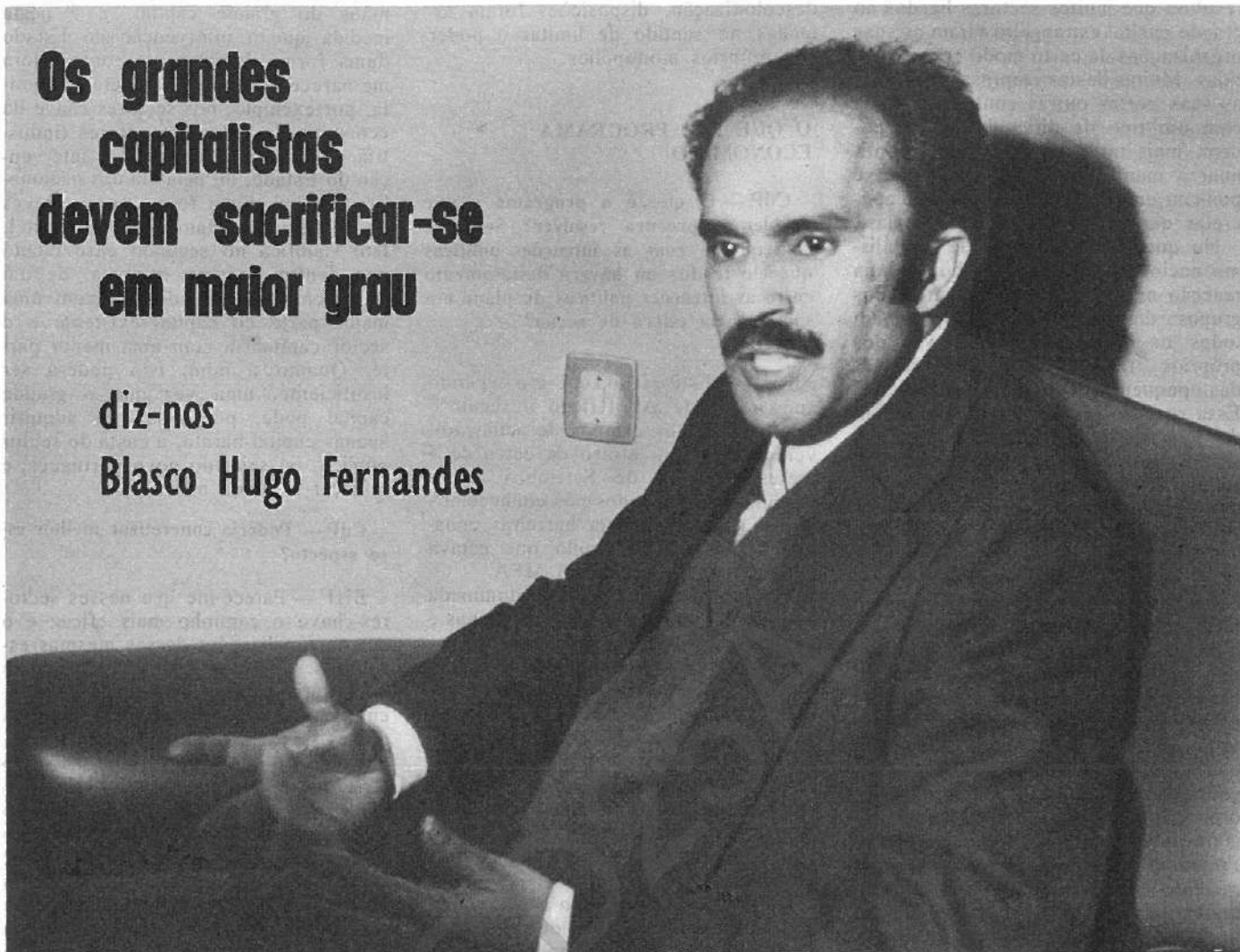
Pela quantidade e qualidade do pessoal que emprega, a manutenção da creche é bastante dispendiosa. Sempre que se consegue uma diminuição significativa no custo dessa manutenção, é, na maioria dos casos, à custa da quantidade e qualidade do pessoal in-

(Cont. na pág. 32)

Os grandes capitalistas devem sacrificar-se em maior grau

diz-nos

Blasco Hugo Fernandes



Antes do 25 de Abril, a economia portuguesa encontrava-se concentrada nas mãos do grande capital — começou por dizer Blasco Hugo Fernandes, engenheiro agrónomo, membro da Comissão Coordenadora para a Extinção dos Grémios da Lavoura e suas Federações, vogal da Comissão Nacional da FAO, responsável pelas organizações sindicais e de classe do sector rural, e autor de vários livros, entre os quais «O que é a reforma agrária», «Portugal através de alguns números» e «Problemas agrários portugueses».

Um forte poder económico dominava cada um dos sectores da economia. Toda a forma como a economia estava organizada e a forma como a política económica era posta em prática pelo fascismo reforçava os gru-

pos económicos dominantes, ou seja o grande capital. O que pode ser confirmado pelo exame de algumas medidas postas em prática pelo fascismo, que comprometeram grandemente as pequenas e médias empresas. A emigração é bem o sintoma de que a economia evoluía para uma cada vez mais forte concentração nas mãos do grande capital, gerando, desse modo, uma cada vez mais intensa conversão dos pequenos empresários em assalariados.

CdP — O 25 de Abril representou uma mudança política radical, mas, do ponto de vista económico, as estruturas ainda se mantêm. Como responderam os empresários e os grandes grupos monopolistas à situação e como se situa a sua actividade desde o 25 de Abril até ao aparecimento do Plano Económico?

BHF — A forma como a economia estava organizada colocou os grandes empresários numa situação de privilégio; as formas de organização dos trabalhadores e em todos os sectores eram praticamente impedidas pelo fascismo, o que significava que o grande capital se encontrava todo poderoso, actuando a seu bel-prazer, sem dar satisfação a quem quer que fosse. Com o 25 de Abril criaram-se formas de organização dos trabalhadores em moldes democráticos; surgiram sindicatos em alguns sectores, e noutros em que já existiam, perderam as suas características fascistas. Claro que o grande capital, habituado como estava a ser ele próprio a ditar as leis, reagiu negativamente nos primeiros tempos. Quer o capital nacional, quer o estrangeiro, através das suas organizações multinacionais; logo após o 25 de Abril, criaram bastantes dificuldades à consolidação da democracia económica, fechando sectores, criando o desemprego, em certos casos, pondo inclusivamente em prática medidas que se poderiam considerar de sabotagem económica, uma vez que, por exemplo

algumas encomendas já estavam estabelecidas antes do 25 de Abril e logo após esta data foram anuladas, e daí resultou que muitos sectores ligados ao grande capital estrangeiro viram as suas organizações de certo modo comprometidas. Muitas destas empresas fecharam as suas portas outras continuam ainda com um tipo de dificuldades que podem, mais tarde ou mais cedo, continuar a manifestar-se, a menos que se ponham em prática medidas muito concretas que resolvam estes problemas.

No que respeita ao grande capitalismo nacional, também aqui houve uma reacção negativa, nomeadamente a dos grupos dominantes, que exploravam todos os sectores, quer através dos próprios trabalhadores, quer através das pequenas e médias economias. Essa reacção manifestou-se num grande número de despedimentos, e, em certos casos, como, por exemplo, no sector da agricultura, não pondo em prática algumas operações que já estavam em curso; e, até, não submetendo à exploração áreas que geralmente eram exploradas. Daí a onda de despedimentos em certas zonas do País, o não cumprimento de Convenções de trabalho e outras consequências deste tipo. Ainda dentro deste campo se poderiam citar alguns casos que se ligam às mesmas causas, nomeadamente no que respeita ao crédito, uma vez que a Banca, nos primeiros tempos, continuou nas mãos de pessoas e de organizações comprometidas com o regime anterior; portanto, ainda que no Programa do MFA se expressasse claramente que a economia deveria encaminhar-se para uma protecção das pequenas e médias empresas, a verdade é que principalmente até 28 de Setembro, as entidades responsáveis pelo crédito criavam obstáculos a essas mesmas empresas, o que foi acentuando as suas dificuldades; parte do desemprego existente deriva das dificuldades de crédito que essas pequenas e médias empresas tiveram que enfrentar.

CdP — Até que ponto esses grupos monopolistas, tão ligados ao fascismo, estavam comprometidos com a guerra colonial? E até que ponto a descolonização veio enfraquecer o poder desses grupos?

BHF — Em primeiro lugar, corrija-mos um erro. Existe ainda hoje a ideia de que nós perdemos bens com a descolonização. Mas, afinal, onde estavam esses bens, esses benefícios, senão nas mãos dos tais grupos monopolistas? Porque o povo português era o mais atrasado da Europa, vivia em dificuldades e o acentuar das crises, de que essa guerra é um exemplo, apenas veio agravar a sua situação. No fim de contas, sem disso colher qualquer benefício, era o povo que pagava a guerra.

A descolonização, contudo, virá enfraquecer o poder dos grupos monopolistas na medida em que, a par da descolonização, disposições foram tomadas no sentido de limitar o poder dos próprios monopólios.

O QUE É O PROGRAMA ECONÓMICO

CdP — O que é o programa e que problemas procura resolver? Será ele consequente com as intenções políticas que ele traduz ou haverá desfasamento entre as intenções políticas do plano e a sua própria esfera de acção?

BHF — Este plano, que é o segundo após o 25 de Abril (logo a seguir o MFA definiu os campos de actuação), vem já com um atraso de cerca de 5 meses. Até 28 de Setembro houve dificuldades que todos nós conhecemos que dia a dia punham barreiras constantes em relação àquilo que estava explícito no Programa do MFA.

Toda a economia estava dominada pelo grande monopólio e as pequenas e médias empresas sofriam de uma exploração intensa, bem como os trabalhadores, por parte dos grandes monopólios. Uma larga camada da população, que abrangia os pequenos e médios industriais, comerciantes, agricultores, empregados, operários, e sectores constituídos pelos trabalhadores intelectuais, concretamente os que não exploram a mão-de-obra de outras pessoas.

E é nesta medida que o Programa do MFA, além de muitas outras coisas úteis que traz, se localiza num ponto que é fundamental para a situação económica, social e política da vida portuguesa, que é a actuação numa estratégia antimonopolista. Esta questão fundamental uma vez que a democracia política que o próprio Movimento trouxe poderá ser comprometida se não se tomassem medidas de controlo rápido, eficaz e definitivo desses grandes poderes económicos, desses grandes potentados monopolistas em todos os sectores, uma vez que pelo próprio facto deles talvez terem até este momento o queijo na mão, poderão tomar a faca que pode cortar as amarras que ligam a democracia política ao povo português. Nesta medida, a estratégia antimonopolista é fundamental.

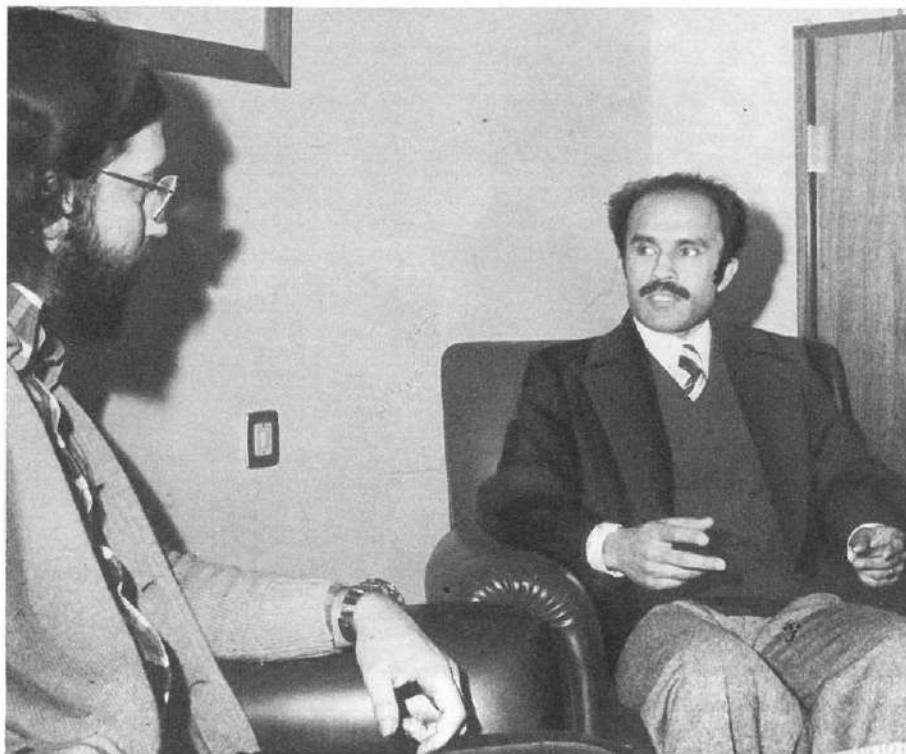
É preciso pô-la em prática e este programa aponta para a concretização dessas medidas.

Estou a pensar nas reformas de fundo que aponta, inclusivamente um conjunto de medidas que procuram conseguir uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, pode haver o perigo de este caminho não passar de intenção se, porventura, na sua passagem à prática quando as medidas concretas são apontadas, não se enveredar por

um caminho de facto concreto, eficaz e muito claro. Estou a pensar em determinadas zonas que estão ainda nas mãos do grande capital, e é nesta medida que a intervenção do Estado dum forma dominante e controladora me parece essencial. O programa aponta, por exemplo, nos sectores-chave da economia de todos os sectores (indústria, comércio, agricultura) a intervenção do Estado, ou pela via das nacionalizações ou, dum forma geral através da participação maioritária do capital. Isto significa no segundo caso citado que dentro de uma empresa, de um sector-chave, o Estado fica com uma maior parte do capital existente e o sector capitalista com uma menor parte. Quanto a mim, isto poderá ser insuficiente, uma vez que o grande capital pode, por essa via, adquirir apenas capital barato, à custa do sector público, ou seja, do povo português, e reforçar-se ainda mais.

CdP — Poderia concretizar melhor esse aspecto?

BHF — Parece-me que nesses sectores-chave o caminho mais eficaz é o das nacionalizações dessas mesmas estruturas. É claro que a participação maioritária poderá ter outro inconveniente, que é o de determinados campos desses sectores serem deficitários neste momento, o que significa que o Estado teria que roer alguns «ossos» provenientes das dificuldades de uma má gestão do passado. Parece-me que o problema das nacionalizações tem que ser muito bem pensado, porque a nacionalização dos sectores-chave pode ser muito mais eficaz que a própria comparticipação. Além disso, a simples participação maioritária pode desviar fundos do Estado para determinados sectores, em prejuízo doutros mais prioritários; quanto a mim, entre os sectores prioritários estão o da agricultura, o das pescas, o da construção civil, que mobilizam muita mão-de-obra, e que portanto são os sectores que podem pôr em risco a democracia económica. Havia que actuar com muito maior eficácia, se se desse prioridade a estes sectores, o que não quer dizer que se abandonem os restantes. Por outro lado, parece-me também que em todos esses sectores, paralelamente às nacionalizações (o que não afasta as participações maioritárias) se deveriam também tomar medidas de outro tipo, no sentido de haver um maior controlo democrático por parte das massas trabalhadoras; para além das medidas citadas, as massas trabalhadoras, através das suas organizações de classe, deveriam controlar esses sectores-chave da economia. Através deste controlo poder-se-iam aproveitar integralmente todos os recursos e ter-se-iam evitado todas as manobras que foram postas em prática, como o desvio de fundos, exportação de divisas, etc.



No caso de não se tomarem medidas concretas, no sector agrícola a reacção pode tentar penetrar por aí

COOPERATIVAS E EMPRESAS PÚBLICAS

CdP — Que outras medidas de controlo do poder económico estão previstas no Programa, para além de possíveis nacionalizações e das comparticipações do Estado?

BHF — O programa será um passo positivo na definição duma estratégia antimonopolista, contanto que sejam postas em prática medidas que controlem o grande capital quer pela nacionalização, quer pela participação do Estado, quer ainda através da participação dos trabalhadores e das suas organizações de classe, de uma forma institucionalizada. O Programa diz que em cada um dos sectores se vão tomar medidas que criem um controlo, ou pelos próprios produtores representativos das massas da pequena e média produção ou pelo Estado; é o caso da criação de cooperativas de pequenos e médios produtores. No caso da habitação, das pescas, da agricultura, o Programa prevê: a constituição de cooperativas de pequenos produtores, nomeadamente até como forma de criar ou dar possibilidade a algumas empresas que estão em crise, e por outro lado também a possibilidade de acompanhar a própria produção de uma forma mais organizada, mais controlada pelas próprias empresas que, neste momento, estão pulverizadas. A par disto, o Programa prevê a possibilidade de se criarem empresas públicas, e isto quanto a mim, é um caminho positivo, um passo em frente. Há duas correntes de opinião quanto à forma de constituir

empresas públicas: uma delas diz que as empresas públicas, enquanto públicas, deverão controlar completamente o sector comercial, o que significa, na prática, que todas as empresas são introduzidas neste tipo de empresa pública. Essa mesma corrente de opinião entende também, que, no imediato, isso resolveria o problema grave que existe com a especulação comercial; mas numa segunda fase, a própria empresa pública, assim constituída e controlada, portanto, pelo Estado, deveria pôr em prática a participação dos sectores de produção mais representativos, levando a que esses sectores constituíssem cooperativas de pequenos e médios produtores, que por sua vez se introduziriam nas tais empresas mistas. Assim teríamos aquilo que citei há pouco: a participação do Estado e a participação das camadas produtoras mais representativas de cada um dos sectores de produção, controlando também todo o comércio que lhes diga respeito. Isto é uma forma, segundo essa corrente de opinião, de a produção não se afastar do comércio dos produtos que lhes diga respeito e é inclusivamente uma forma de, digamos assim, a base não se afastar de um sector intermédio. Assim como os Sindicatos de todos os trabalhadores pagos por meio de salários devem participar, quanto a esta corrente de opinião na qual eu me incluo, no controlo de todos os órgãos de Administração e nos Organismos de política económica, quer na elaboração quer na execução e isto em todos os níveis, assim através de organismos que representem o interesse da maioria, devem participar quer

na definição da política quer no controlo de todos os produtos que lhes dizem respeito.

Existe outra corrente de opinião que pensa que a empresa pública ao constituir-se deve ser concorrencial com o sector privado. O sector privado continua e existe uma empresa pública que entra no circuito, em concorrência com ele. Isto, quanto a mim traz perigos bastante graves, que são: levar por um lado a empresa pública a cercar-se dos meios de que uma empresa privada dispõe e portanto a haver uma duplicação de circuitos, que todos nós pagávamos; por outro lado conduzem a empresa pública a orientar-se pelos mesmos mecanismos, pelos mesmos critérios que as empresas privadas. E portanto isso acabaria por, em última análise, não conduzir à solução dos problemas da especulação e do agravamento dos preços que hoje em dia existe.

Através de um controlo muito apertado por parte da empresa pública, constituída segundo o primeiro esquema apontado, tínhamos o problema da comercialização e do agravamento dos preços controlados; então a Economia beneficiaria, uma vez que a própria especulação, que é também causa do aumento dos preços, se eliminaria. E se não se controlar desta forma não se introduz na economia portuguesa de hoje um aspecto que me parece muito importante. Além disso, a própria democratização económica que nós temos que pôr em prática pode ser comprometida com todos os perigos que daí vêm. A intervenção do Estado nos circuitos da comercialização constitui peça importante do Programa de Política Económica e Social. Urge levá-la à prática, nos moldes atrás referidos.

CdP — Qual a corrente que o Programa Económico aponta quanto à forma de constituir empresas públicas?

BHF — O programa diz de uma forma clara que nos sectores em que não haja nacionalização se criarão empresas públicas de tipo concorrencial. Portanto o acento do Programa é nas empresas públicas em concorrência com as empresas privadas. Ora quanto a mim, isto haveria que superar-se. Não quer dizer que o Programa não traga medidas muito concretas e muito eficazes, numa perspectiva de democratização da nossa economia. Mas parece-me extremamente importante considerar o Programa não como um texto rígido, mas como um mínimo que está estipulado dentro do que foi possível conseguir-se. Não é um programa estático, de resto não só Melo Antunes o declarou, como o próprio Programa pode em determinada altura ser interpretado como tal. Na verdade, o Programa afirma que a sua realização vai exigir a colaboração das massas populares. Essa colaboração deverá fazer-se, não só para a concretização deste mínimo, aqui esta-

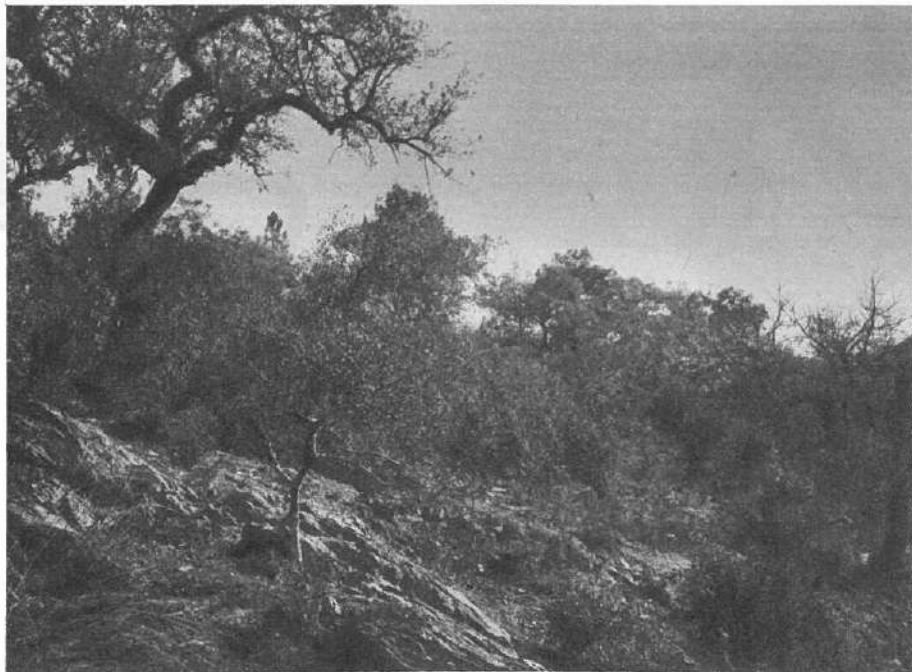
belecido, como até para levar o Programa a ultrapassar as suas limitações. Devo dizer, por exemplo, que há sindicatos operários e organizações de classe de pequenos e médios produtores que neste momento já têm manifestado as suas opiniões, discordando deste tipo de empresa pública, propondo alterações, com a preocupação de melhorar o Programa, levando progressivamente à concretização das medidas que conduzam à democratização económica, condição para se manter a democracia política.

AGRICULTURA

CdP — O sector agrícola é um sector prioritário, na medida em que a agricultura mobiliza 1/3 da nossa população activa, e grande parte das dificuldades da nossa economia têm resultado também da própria estagnação da agricultura, que não está ainda organizada para poder responder a todas as necessidades da população. Quais as medidas que o Programa preconiza em relação a este sector?

BHF — O sector da agricultura, não só no aspecto económico, como também no aspecto político, é na verdade prioritário, uma vez que foi o mais abandonado pelo fascismo, e, no caso de não se criarem medidas concretas, a reacção pode tentar penetrar por aí.

Como disse há pouco, a forma como a agricultura estava organizada era, e é ainda, de carácter mais que ultrapassado, eu ia dizer da Idade Média; temos ainda hoje em dia, neste pedaço da Europa, zonas de baixa produção e métodos de trabalho que fazem lembrar a Idade Média. Se formos ver a utilização das formas de energia na agricultura, verificamos que grande parte é feita por energia humana, o que quer dizer que esses produtores não têm sequer um animal para puxar um instrumento, são eles próprios que puxam. Tudo isto mostra que a nossa agricultura é de facto um sector atrasado, e temos que o encaminhar, para que ele consiga, de uma forma democrática, avançar para a modernização, mas não uma modernização que possa comprometer as próprias camadas da pequena e média produção que hoje em dia são maioritários na nossa agricultura. O Programa aponta algumas medidas que podem ser consideradas úteis. Como sabemos, uma grande parte da terra ainda é propriedade privada, e existia uma lei de arrendamento que colocava os rendeiros, e sobretudo os pequenos rendeiros, numa situação cada vez mais difícil. Em muitos casos depois do fim do contrato ao fim de 8, 12, 16 anos, depois de terem investido esforço humano, dinheiro e vida os rendeiros, eram pura e simplesmente despejados das terras indo para o desemprego, para a miséria ou para a França. Dentro deste campo haviam outras



Terras abandonadas...

formas de exploração do pequeno e médio agricultor, na zona do arrendamento, como o caso do subarrendamento e o caso dos arrendamentos de campanha, em que praticamente o pequeno e médio agricultor se viam a braços com leis que não resolviam os seus problemas antes pelo contrário os agravavam. O Programa já nos mostra que a questão da lei do arrendamento vai ser resolvida e que vai oferecer maiores garantias aos rendeiros; por outro lado também nós sabemos que havia grandes áreas incultas em muitas zonas do País, e inclusivamente regiões que não estavam a ser exploradas convenientemente. A acrescentar a tudo isso vimos ainda que no pós 25 de Abril houve pela primeira vez em Portugal convenções colectivas de trabalho para os operários agrícolas que estabeleceram determinadas regras e condições de trabalho, que os empresários têm de respeitar, mas que muitas vezes não estão a ser cumpridas pelo patronato agrícola criando descontentamento, algum desemprego e problemas de trabalho nesse sector. Aqui o Programa admite a possibilidade de arrendamentos compulsivos para as áreas incultas e inclusivamente para as empresas que não cumprem as convenções colectivas de trabalho; simplesmente, o que me parece, embora isto já seja um ponto importante do Programa, é que há que acrescentar que esses arrendamentos compulsivos devem ser feitos pela participação dos operários agrícolas e das ligas dos pequenos agricultores. E isto porquê? Isto porque esses arrendamentos compulsivos, deverão ser, quanto a mim, encaminhados no sentido de formação de cooperativas de pequenos e médios agricultores ou de operários agrícolas. É importante que essas camadas de população ex-

pressem previamente a possibilidade de explorar e o desejo de explorar uma perspectiva pondo à ideia que essas organizações de classe têm expresso por diversas vezes. Essas organizações não pretendem a divisão das terras pretendem apenas que o arrendamento se faça e que sejam criadas cooperativas nessas áreas. Por outro lado também me parece que esta participação das ligas e dos sindicatos poderá melhor controlar o próprio arrendamento. E isto porquê? Quanto ao arrendamento compulsivo, pelo menos tanto quanto se pode ver no Programa, não se prevê hipótese de contrariar qualquer actuação do proprietário no sentido de deixar por explorar uma zona mais pobre. Eu explico melhor: pode acontecer que numa determinada propriedade ou exploração o respectivo empresário ou proprietário deixe de explorar a parte da sua terra mais pobre e ficar com a melhor, o que significava que o arrendamento compulsivo iria cair sobre a área mais pobre, ir-se-ia constituir uma cooperativa de pequenos agricultores ou de operários agrícolas em terras pobres. Se não houver um acordo ou a consulta das ligas este risco corre-se e há perigo de se porem em prática erradamente a constituição de cooperativas, e se houver um fracasso, a responsabilidade cai ou sobre o Estado democrático ou sobre as organizações dos trabalhadores ou sobre ambos, o que não serve a causa democrática. Há pois que acautelar este aspecto, melhorando este ponto do Programa através da colaboração unitária entre as ligas de pequenos agricultores, sindicatos operários agrícolas, Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas. (Para a concretização efectiva do Programa deste Movimento).

De facto, isso controla-se de uma forma eficaz desde que as organizações estatais estejam em contacto permanente com as organizações de classe, atrás citadas. Um contacto que, quanto a mim, deve significar, inclusivamente, a própria participação dessas organizações de classe nos organismos estatais, pois que só assim é que o problema se resolverá. O facto das organizações de classe não participarem nas organizações estatais é, quanto a mim, uma limitação do Programa. É importante abrir esta porta rapidamente. De qualquer maneira, não é uma limitação definitiva, mas é uma definição superável; por outro lado, há que incentivar, dar mais força à constituição de cooperativas de pequenos e médios agricultores por esse País fora. É que o



...tractores na garagem!

Programa não é suficientemente forte nas cláusulas que dizem respeito à pequena e média produção; fala em cooperativas de pequenos agricultores e de operários agrícolas principalmente nas áreas arrendadas compulsivamente. Mas por esse País fora a grande maioria das explorações é pequena e média e nós temos por um lado que lhes dar um futuro organizado e por outro corresponder às necessidades dessas camadas de população, da agricultura em geral e da economia portuguesa. E a única maneira de se conseguir isso é, reafirmando aquilo que se disse há bocado, com a participação dessas camadas da população e não como fazia o fascismo segregando essas populações. Ora aqui vejo que o Programa não é suficientemente claro neste aspecto e penso que melhoraria bastante se se tornasse isto expresso, e até dinamizando o mais rapidamente possível um movimento cooperativo por todo o País, para estes estratos da população.

ÁREAS MÁXIMAS DE 50 HECTARES NAS ZONAS DE REGADIO

CdP — O Programa diz, que nas zonas de regadio ou potencialmente aptas para o regadio, serão fixadas áreas máximas de 50 ha, expropriando o Estado mediante indemnizações as áreas excedentes. O que pensa desta medida?

BHF — Quanto à limitação dos 50 ha, claro que são 50 ha ajustáveis com as diferenças de rendimento, de perímetro para perímetro, parece-me que vai ser uma medida benéfica para a economia portuguesa, uma vez que vai dar a possibilidade, de as áreas excedentárias que ultrapassam aquele limite que citei, e que vem no Programa, poderá permitir a constituição de zonas de cooperativas para pequenos e médios agricultores e até de operários agrícolas. Vai ser uma medida que além disso vai constituir um passo, um primeiro passo importante na alteração da estrutura agrária do nosso país, e por isso um primeiro passo da reforma da estrutura agrária a acrescentar aos restantes que são as cooperativas em zonas de arrendamento compulsivo e aquelas em que os proprietários não cumpram os contratos colectivos de trabalho, e também as cooperativas dos pequenos e médios agricultores por todo o País. Este conjunto de medidas pode constituir os quatro primeiros passos de uma reforma agrária em Portugal.

CdP — Em sua opinião, qual poderá ser a resposta das várias camadas da população ao Programa Económico e Social?

BHF — Para determinadas zonas do sector privado julgo que este programa não vai encontrar barreiras, pois que o seu conjunto de medidas não põe em perigo o próprio sector privado. O Programa é claro ao dizer que a propriedade privada não é posta em questão antes pelo contrário se criam condições para que a iniciativa privada se estimule e se dinamize; isso nada tem a ver com medidas anti-monopolistas, que é urgente pôr em prática e que fazem parte do Programa.

Portanto as limitações a serem postas em prática referem-se fundamentalmente aos sectores monopolistas e a grande maioria das empresas não é monopolista e não terão que recuar, pois, este Programa e darão uma resposta satisfatória aos outros sectores; a pequena e média produção e os trabalhadores penso que darão uma resposta muito satisfatória também, desde que, por um lado, esses sectores sejam chamados a participar activamente a partir deste momento, em tudo o que seja concretizar este Programa e por outro lado que sejam concretizados rapidamente, medidas, que até já são contempladas no

Programa, que exijam sacrifícios aos que mais têm e, sobretudo, aos que têm explorado o povo português. E isso vai acontecer.

CdP — Em que sectores, mais precisamente?

BHF — Nomeadamente no sector da agricultura é importante que determinados preços sejam satisfatórios para o pequeno e médio produtor; eles queixam-se que os adubos, as sementes estão cada vez mais caras, os preços dos produtos agrícolas não respondem ao agravamento dos preços, e até pelo contrário, eles sofrem a especulação dos sectores comerciais nos dois sentidos, não têm garantia de colocação dos seus produtos, alguns até se queixam que ainda têm as suas batatas e o vinho para venderem. O saneamento da rede comercial e a constituição de cooperativas de pequena produção contribuirá decididamente para a solução destes problemas. A estes pontos gostaria de acrescentar o seguinte: o próprio apoio que os sectores estatais pudessem dar desde já às organizações de classe, ligas de pequenos agricultores e sindicatos, apoio em termos concretos. E quando falo das ligas estou a falar num apoio para o seu fortalecimento, e para ocuparem a justa posição logo que os Grémios da Lavoura se extingam. Uma das preocupações dos pequenos agricultores é precisamente essa que as suas ligas sejam legalizadas, e que eles, que correspondem à vasta massa dos produtores do País, comandem os órgãos de lavoura que venham a existir. Estas medidas, se forem postas em prática, dêram logo à partida uma resposta satisfatória dos pequenos e médios agricultores.

Passando para outra zona, o exemplo dos Sindicatos do sul nomeadamente o de Beja é claro; desde que os trabalhadores sintam que determinadas medidas vão em seu benefício e sintam o apoio das instituições oficiais, como sentiram no caso de Beja, respondem de uma forma satisfatória. A isto liga-se outra questão, é que a concretização do Programa numa das afirmações feitas por responsáveis vai exigir sacrifícios dos portugueses. Na verdade assim é, de tal maneira este país foi deixado pelo regime anterior num caos, que nós não podemos caminhar para o futuro sem sacrifícios. Os trabalhadores e o povo português, todas as camadas e classes da população que não têm nas suas mãos os mecanismos de exploração estão perfeitamente conscientes da necessidade de sacrifícios. Basta austerizar as diversas organizações do povo; no entanto eles são firmes e claros numa coisa: que não sejam só eles a sacrificarem-se. E quando eles dizem isto, querem dizer, que se é verdade que durante estes longos anos quem beneficiou com uma economia mal estruturada e até quem é responsável pela situação caótica da economia,

foram os grandes exploradores de todos os sectores, então que caíam sobre eles uma quota-parte importante dos sacrifícios para a reconstrução nacional. É isto em matéria de tributação, em matéria de tributação directa, de riqueza, de despesas sumptuárias e luxuosas; estas medidas deverão ser muito evidentes, muito claras para o Povo português. Se recair sobre aquelas classes privilegiadas esta quota-parte do sacrifício o Povo português responderá seguramente de uma maneira positiva e satisfatória. Aliás já tem dado sobejas provas disso. E sublinho uma passagem do discurso de Vasco Gonçalves, em que ele afirma que na verdade são os detentores do capital, são os grandes capitalistas de todos os sectores, que devem contribuir e sacrificar-se em maior grau para a reconstrução da nossa economia e da nossa sociedade. O Programa aponta para aqui. Há que pôr em prática tais medidas.

CIÊNCIA

(Cont. da pág. 26)

dispensável à segurança e desenvolvimento da criança. Se acrescentarmos ao custo de manutenção de uma creche, os lucros que visam as creches particulares de fins lucrativos, podemos compreender os preços que elas atingem. Este problema não pode ser objecto de comércio, pois é uma necessidade cuja satisfação se enquadra nos problemas de saúde pública.

É frequente o aparecimento de creches nas reivindicações dos trabalhadores, junto das empresas. Pedem-se assim «creches de empresa».

No Seminário sobre Creches, a que me tenho referido, as vantagens e desvantagens das «creches de empresa» foram cuidadosamente analisadas.

Os países socialistas eram, também aqui, os que mais experiência tinham deste tipo de creches. As «creches de fábrica», localizadas junto do trabalho da mãe, tiveram como objectivo dar-lhe a oportunidade de alimentar o filho. Hoje sabe-se que a grande maioria das mães, particularmente as que trabalham, raramente amamentam para além do terceiro mês. Assim as desvantagens, que este tipo de creche tem, não são compensadas pela possibilidade hipotética de uma amamentação, cada vez menos frequente. As «creches de empresa» têm grandes inconvenientes: ficam quase sempre afastadas da habitação, obrigando ao transporte da criança. Têm capacidade bastante maior do que a desejável, pois terão de servir os filhos de todas as empregadas de empresas, com muito pessoal feminino.

Não posso deixar de chamar a atenção para o facto de a criação destas

creches, transferindo para a empresa a resolução de uma necessidade básica da trabalhadora, acabar por vinculá-la mais à empresa. Dá assim ao patronato uma responsabilidade que lhe confere maior interveniência na vida da trabalhadora, criando condições de paternalismo.

Há sindicatos já alertados contra este tipo de solução.

Só as entidades públicas, de preferência estatais, devem resolver os problemas básicos da população.

As contratações do trabalho devem estar libertas de contrapartidas que possam entrar a avaliação justa nas relações trabalho-capital.

Para além do mais, as creches, pelas suas funções sanitárias e pedagógicas têm um papel fundamental na saúde pública. Por isso devem ser enquadradas no Serviço Nacional de Saúde, que as integrará no vasto plano da medicina preventiva e assistência materno-infantil.

Só uma organização de âmbito nacional pode mobilizar e formar pessoal competente. Ainda só a nível nacional se podem criar dispositivos que permitam assegurar a construção de creches, no planeamento urbanístico.

Hoje a creche, como a escola, é uma necessidade da população, da resolução da qual depende a sociedade futura. Não devemos entregar esse futuro a entidades privadas, tenham elas finalidades lucrativas ou filantrópicas.

MARIA DE LURDES PIRES NEVES

HISTÓRIA

(Cont. da pág. 24)

1820 o Sinédrio tinha assegurada a participação de todas as guarnições do Norte, com excepção do Minho. A pouca convicção do coronel António Lobo Teixeira de Barros, comandante da guarnição minhota, atrazou os projectos dos revolucionários. O golpe marcado para 29 de Junho teve de ser adiado com as consequências inevitáveis: possibilidades de iniciativa do governo ditatorial, quebra de entusiasmo dos conjurados, dissidências estratégicas, discussões inúteis ou mesmo perigosas para a desejada unidade do movimento, sobretudo entre as forças armadas. Entretanto a Revolução ganhara mais um grande nome: D. Fr. Francisco de S. Luís, que veio a ser o cardeal Saraiva, patriarca de Lisboa. A Igreja iria assim dividir-se em dois campos inimigos: de uma banda os padres partidários do futuro rei Miguel, absolutista; de outra os que, como o abade de Medrões (e outros) haveriam de defender a democracia e a constituição da liberdade.

Tudo estava preparado para o triunfo. No dia 24 de Agosto de 1820 rompe

a aurora da liberdade. Beresford é expulso de Portugal, as futuras eleições para a Constituinte são evidentemente regulamentadas, as instituições de censura, de repressão e de terrorismo colocadas no seu lugar nacional ou dissolvidas. Constitui-se a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, a qual, assegurando a continuidade do regime monárquico, proclamou, porém, no nosso país, pela primeira vez na história, a igualdade perante a lei e as liberdades públicas.

ALBERTO FERREIRA

ECONOMIA

(Cont. da pág. 25)

inflação como uma fatalidade. É que ela, beneficiando os capitalistas, é uma forma subtil de eles aumentarem os seus lucros à custa dos trabalhadores sem que estes, pouco preparados para perceberem o truque, consigam opor-se-lhe.

De facto o trabalhador, quando a inflação é muito forte, vai vivendo iludido na perspectiva de também ver o seu salário aumentado. Se o consegue, isso será uma compensação, mas que, bem vistas as coisas não é nunca um bom negócio. Da inflação não será o trabalhador a tirar vantagem.

Em face do que se acaba de dizer há que perguntar qual a solução para o problema.

Ora entendemos que só verdadeiras alterações nas estruturas económicas poderão evitar os desequilíbrios que levam à inflação. Tais alterações deverão ser no sentido de um desenvolvimento económico baseado nas produções essenciais e de que o País tem falta, no impedimento da especulação seja em imóveis, em terrenos ou acções e na eliminação dos lucros para além da justa remuneração do trabalho do empresário.

Da situação muito grave que herdámos do regime anterior, é uma prova o gráfico que a seguir se apresenta sobre a evolução da inflação.

Para interpretar tal gráfico, imagine-mos um alemão que ganhasse 1000 marcos em Setembro de 1973. Pois bastaria que ele ganhasse 1073 marcos em Setembro de 1974 para poder comprar o mesmo número de bens que um ano antes. Em vez disso um Português que ganhasse 1000 escudos em Setembro de 1973 só com 1287 escudos é que conseguiria poder comprar o mesmo um ano depois.

Num gráfico semelhante, mas relativo ao período entre Setembro de 1973 e Abril de 1974 a flecha de Portugal elevar-se-ia para 31,5. Esta a herança fascista.

JOSÉ GUIMARÃES

PORTUGUÊS:

O VOTO é secreto.

Ninguém poderá exigir-te que digas qual o Partido Político em que vais votar e que tu, em tua consciência, consideras como o melhor para o futuro do nosso país.

No dia das eleições deverás:

— Comparecer na Assembleia ou Secção de Voto da freguesia onde te recenseaste. Tem em atenção que só poderás votar no local que te tiver sido indicado por edital que a tua Câmara afixará 15 dias antes das eleições;

— Aguardar, em fila, que aqueles que chegaram antes de ti votem;

— Quando chegar a tua vez, identificar-te ao presidente da mesa, o qual, depois de te reconhecer, dirá o teu nome em voz alta;

— Receber deste um boletim de voto;

— Dirigir-te a uma câmara de voto, situada próximo da mesa, na qual, sozinho e sem que ninguém possa ver o que fazes, assinalas com uma cruz o Partido Político que tiveres escolhido;

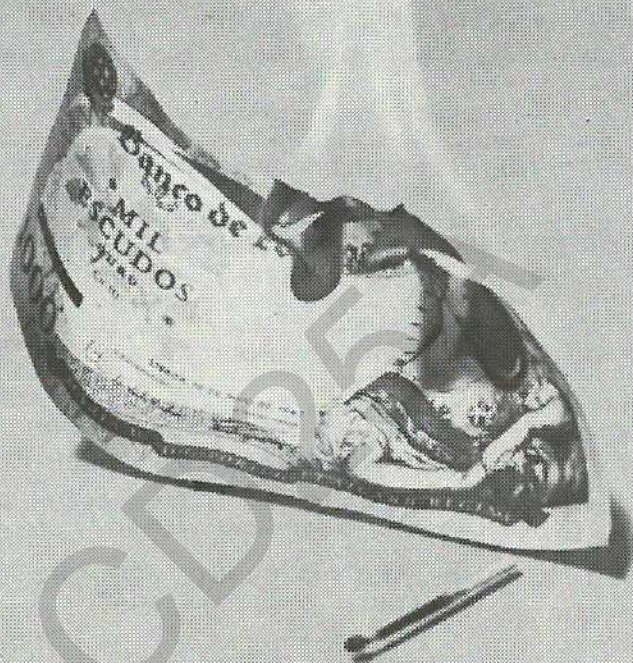
— Dobrar o boletim de voto em quatro, para que ninguém possa ver o partido que escolheste;

— Entregar o boletim de voto ao presidente da mesa que, sem o desdobrar, o introduzirá na urna, enquanto os escrutinadores, dois dos componentes da mesa, descarregam o teu nome no caderno de recenseamento.

O teu boletim de voto, dentro da urna, mistura-se com os outros que porventura já lá estiverem e com os que se seguirem. E como no boletim não assinas, nem pões o nome, nem escreves nada que não seja a cruz à frente do Partido Político, é impossível alguém vir a saber em que partido votaste.

VOTO
UMA ARMA
DO POVO

ENERGIA É DINHEIRO NÃO DESPERDICE DINHEIRO QUE O PAÍS PRECISA



Na vida de todos os dias consomem-se grandes quantidades de energia. Ao longo de 24 horas através de gestos que se repetem quase automaticamente o consumo aumenta. Tire da energia o melhor rendimento. Diga não aos gastos supérfluos de energia. Ao consumir desnecessariamente está a desperdiçar dinheiro que o país precisa para o

seu desenvolvimento. Grande parte da energia vem do estrangeiro e Portugal gasta muito dinheiro com a sua importação. A energia é cara. Diga não aos gastos supérfluos. Contribua também você para o aumento da riqueza nacional e para o bem-estar de cada um. **PENSE DUAS VEZES ANTES DE GASTAR DINHEIRO.**

CONSULTE O SEU FORNECEDOR HABITUAL OU O DIRECTOR GERAL DE ENERGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

não desperdice
ENERGIA

